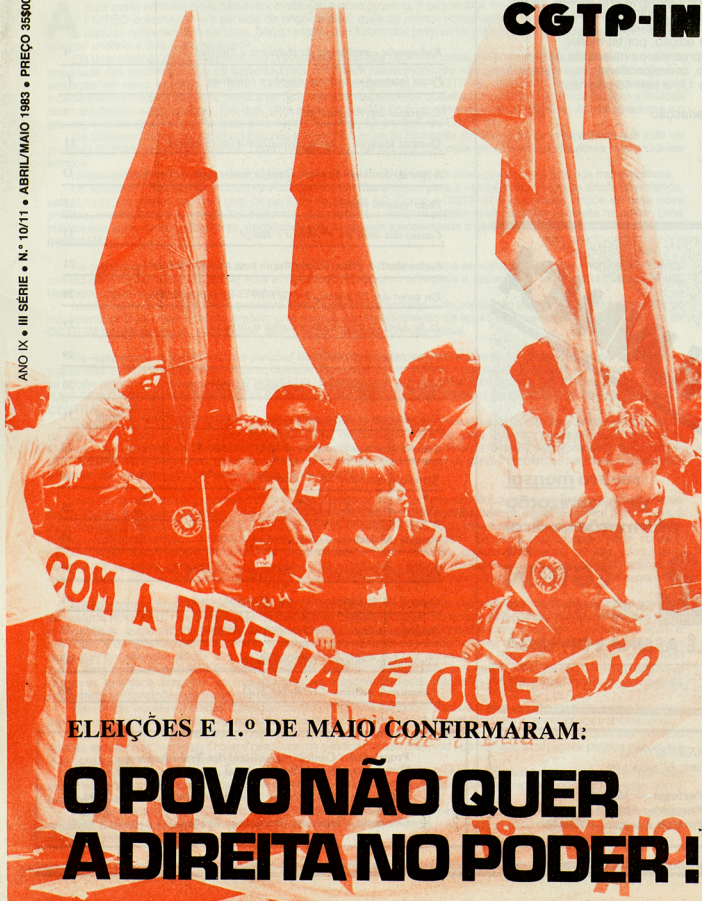


*anjos  
LST*

# ALIANÇA

**CGTP-IN**

ANO IX • III SÉRIE • N.º 10/11 • ABRIL/MAIO 1983 • PREÇO 3\$500



ELEIÇÕES E 1.º DE MAIO CONFIRMARAM:

**O POVO NÃO QUER  
A DIREITA NO PODER!**

**Aos leitores  
e assinantes**

Devido a motivos técnicos e estruturais esta edição de «Alavanca» sai com considerável atraso, motivo pelo qual pedimos as nossas maiores desculpas.

Esta edição, por tal motivo, compreende os meses de Abril e Maio, correspondendo aos números 10 e 11, e tem 48 páginas.

A Redacção



**revista mensal  
de organização  
e formação sindical  
da  
CGTP-IP**



**LÊ, ASSINA E DIVULGA**

**ASSINATURAS**  
(por 12 números)

Portugal — 360\$00  
Europa — 600\$00  
Fora da Europa — 700\$00

<i>Radiografia e problemas da Hotelaria e Turismo</i> .....	4
<i>Plano integrado — caracterização e objectivos</i> .....	7
<i>Congresso dos Professores</i> .....	9
<i>Quadros técnicos — carta reivindicativa internacional</i> .....	11
<i>A luta do Sindicato das Ind. Transformadoras de A. Heroísmo</i> .....	13
<i>Tecto salarial outra vez?</i> .....	15
<i>Causas das lutas em Fevereiro e Março</i> .....	17
<i>Sector têxtil — crise só tem solução com os trabalhadores</i> .....	21
<i>Em torno dos 22 pontos da CGTP-IP — as nacionalizações</i> .....	24
<i>25 de Abril — o povo votou contra a direita</i> .....	27
<i>1.º de Maio reafirmou Abril</i> .....	29
<i>Defesa da unidade norteia actividade da CGTP-IP</i> .....	30
<i>Não mataram os ideais pelos quais os nossos companheiros lutaram</i> ..	31
<i>Sobre a madrugada sangrenta do 1.º de Maio 82 no Porto</i> .....	32
<i>Resolução aprovada no 1.º de Maio 83</i> .....	34
<i>Como (sobrevivem) os reformados</i> .....	35
<i>Posição do movimento sindical na sociedade</i> .....	37
<i>Informação e propaganda — linhas programáticas para 3 anos</i> .....	39
<i>O papel do «acontecimento» na informação sindical</i> .....	41
<i>Resolução político-sindical do CN, de 12/5/83</i> .....	42
<i>Comunicado conjunto CGTP-IP/FDGB</i> .....	43
<i>Comunicado conjunto CGTP-IP/CSCO</i> .....	45

**Propriedade: Confederação Geral dos Trabalhadores  
Portugueses-Intersindical Nacional**  
Director: José Ernesto Cartaxo  
Redacção e Administração: Rua Victor Cordon, 1-2.º — 1294  
LISBOA. Telef. 37 21 81  
Composto e Impresso: Renascença Gráfica



## *A luta continua a ser o caminho para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do país*

**A** data deste editorial ainda não está constituído o novo governo. A perspectiva, no entanto, aponta para um Governo PS/PSD culminando um período de negociações, mais ou menos «reservadas», acordos e conversas entre as cúpulas daqueles dois partidos. Sendo assim, que futuro nos reserva tal governo? Qual a posição do movimento sindical unitário e dos trabalhadores?

Eis uma questão que justamente nos preocupará, mas que não deve deixar-nos cair na **expectativa**. Com efeito, a gravidade dos problemas que os trabalhadores enfrentam neste momento não pode «esperar» pela clarificação e a actuação do novo governo do país. O Caderno Reivindicativo da CGTP-IN, aprovado no 4.º Congresso, **vale** independentemente da situação política do país, porque responde às questões mais prementes que afligem a maioria dos trabalhadores portugueses. Daí que, para além da questão do novo governo e da sua política, os trabalhadores e o seu movimento sindical têm de lutar pela satisfação dos «22 pontos» da CGTP-IN.

De qualquer forma, os trabalhadores não podem alhear-se da formação do novo governo e da política que este vai prosseguir. Porque, no fundamental, disso dependerá o sentido da luta mais geral dos trabalhadores nos próximos tempos.

Nesse sentido, vejamos algumas questões que se colocam quanto ao novo governo e à luta dos trabalhadores. Os resultados das eleições do 25 de Abril apontaram **claramente** para a rejeição da política de direita derrotada, pela 2.ª vez em menos de meio ano, os partidos da extinta AD. Como a CGTP-IN tem insistido, impõe-se **uma nova política**, coerente com os resultados eleitorais, que respeite a vontade popular, sem partidos da direita no poder. Uma política que, **com os trabalhadores, aprofunde a democracia e encaminhe o país para a resolução dos problemas nacionais**.

As grandiosas manifestações do 1.º de Maio de 1983, a menos de uma semana das eleições, vieram confirmar o sentido do voto expresso em 25 de Abril e a indiscutível representatividade e capacidade mobilizadora da CGTP-IN. **Nenhum** órgão de informação o contestou...

Mais ainda a entusiástica e expressiva adesão dos trabalhadores e da população em geral às comemorações do movimento sindical unitário foram também uma inequívoca **manifestação de apoio às propostas e reivindicações da CGTP-IN** aprovadas no 4.º Congresso, face à actual situação político-social.

Se «juntarmos» o significado das eleições de 25 de Abril e das comemorações do 1.º de Maio ao papel decisivo dos trabalhadores e da sua central sindical no derrube dos governos da direita e na extinção da própria AD — uma conclusão se impõe extrair sem rodeios: **NÃO É POSSÍVEL GOVERNAR O PAÍS NEM RESOLVER OS PROBLEMAS NACIONAIS SEM O APOIO DA CGTP-IN E DA ESMAGADORA MAIORIA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES QUE A CENTRAL REPRESENTA**.

A posição do movimento sindical unitário em relação a qualquer governo e a avaliação da capacidade ou disposição de diálogo por parte deste passam, inevitavelmente, na presente situação, pela resposta positiva aos 22 pontos do Caderno Reivindicativo da CGTP-IN. Passam, inevitavelmente, pelas garantias de respeito e cumprimento da Constituição. Passam, inevitavelmente, por uma política que se disponha a resolver os graves problemas nacionais provocados pela ruínosa «gestão» dos governos desde 1976 para cá.

Invocar, o pretexto da «gravidade» da situação (de que os trabalhadores não têm culpa) a necessidade do «chamado pacto social», sem que, à partida, haja quaisquer garantias duma **nova política** para os trabalhadores e para o país, é pura demagogia que, no fundo, visará fazer com que os trabalhadores e só os trabalhadores paguem a crise, com o seu próprio «consentimento»... A hipocrisia da política ou chavão do «pacto», ou «consenso social», pode consistir simplesmente nisto: vamos liberalizar os despedimentos, abrir o sector público à iniciativa privada, bloquear a contratação colectiva, dominar a Comunicação Social estatizada e **depois** «dialogar» com os trabalhadores, assinar um «pacto social»... Quem embarca em tal jogo? Provavelmente, só os divisionistas da «UGT» — o que não é de espantar!

Mau prenúncio do que poderá ser a política do novo governo é o conjunto de medidas tomada pelo demérito governo, **de maioria PSD/PPD**, nos últimos dias da sua agonia: regulamentação do fagimerado e já derrotado decreto dos 17%; publicação de aviso de portarias de extensão visando impor a todos os trabalhadores contratos «cozinhos» entre o patronato e os divisionistas; suspensão e redução dos salários dos trabalhadores de empresas consideradas (pelo Governo) em situação difícil». E que o principal responsável por tais decretos é o PSD/PPD, partido que, como tudo indica, **fará parte do próximo governo**. E não há qualquer operação de «branqueamento» de tal partido ou dos seus dirigentes que faça esquecer os trabalhadores as responsabilidades daqueles na situação degradada em que se encontram as condições de vida e de trabalho.

Mais ainda: aqueles medidas coincidem com o período de negociações para a formação do novo governo e tudo leva a crer que visam facilitar a este o caminho para prosseguir uma política contra os direitos e interesses dos trabalhadores.

Estranhamente, o partido vencedor das eleições e que encabeçará o novo governo não tomou qualquer posição contra as referidas medidas. O que é preocupante e indicador das reservas que começa a merecer a política que venha a ser prosseguida pelo próximo governo.

Assim sendo, isto é — a prosseguir a mesma política de ataque aos direitos e interesses dos trabalhadores que vem sendo seguida nos últimos 7 anos — não resta ao movimento sindical unitário outro caminho senão, lutar e lutar, como sempre o fez.

**Para já**, em torno dos 22 pontos da CGTP-IN e pela revogação (pela Assembleia da República) das medidas abusivas e ilegais do falecido governo da ex-AD. **Depois**, a experiência e a prática política do próximo governo o dirão mais concretamente. **A**

## Hotelaria e Turismo

# Radiografia e principais problemas

### O Turismo na Economia Portuguesa

A importância económica do sector turístico, pode ser medida, através dos seguintes indicadores:

#### 1. Receitas turísticas no Produto Interno Bruto (P.I.B.)

	1978	1979	1980	1978/80
% Receitas do PIB	3,3	4,6	4,8	4,3

#### 2. Participação na Formação Bruta de Capital Fixo (F.B.C.F.)

	1973	1979	1981
	4%	1%	2%

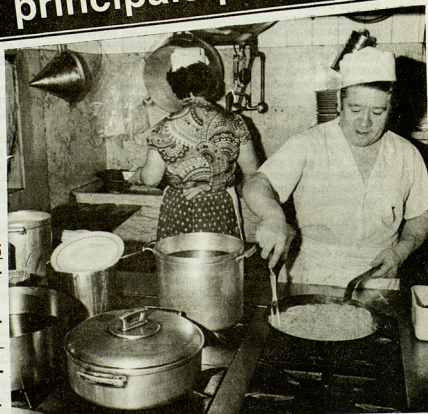
#### 3. O Saldo Turístico e a Balança Comercial

ANOS RUBRICAS	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Saldo do Turismo (1)	+ 7,9	+ 6,6	+ 12,6	+ 5,6	+ 10,3	+ 19,3	+ 34,1	+ 42,9	+ 48,4
Saldo da Balança Comerc.	+ 22,3	- 50,5	- 42,7	- 63,8	- 96,8	- 105,5	- 129,0	- 210,7	- 309,3
(1) (2) X 100	35,5%	13%	6,1%	18,8%	10,7%	18,3%	26,4%	20,4%	15,6%

O aumento do saldo turístico, que para os últimos anos se apresenta com uma diminuição da sua taxa de crescimento, conjugado com uma aceleração do défice da balança comercial, fez diminuir o contributo do turismo para a atenuação do desequilíbrio externo.

#### 4. Receitas Turísticas e as Exportações de Bens e Serviços

As receitas deste sector, surgem na 2.<sup>a</sup>



posição no conjunto das exportações portuguesas (desde, pelo menos, 1973), a seguir aos têxteis.

#### 5. O Emprego no Turismo e a População Activa

São cerca de 130.000, os assalariados existentes neste sector, contribuindo com cerca de 3%, para o conjunto da população activa empregada.



A sua distribuição, pelos principais sub-sectores é a seguinte:

- HOTELARIA .....	33.000
- RESTAURANTES E SIMILARES .....	67.000
- OUTROS MEIOS DE ALOJAMENTO, AGÊNCIAS DE VIAGENS, ALUGUER DE CARRO, ETC .....	30.000
<b>TOTAL .....</b>	<b>130.000</b>

Sendo globalmente uma população predominantemente do sexo masculino, particularmente na Restauração, deve todavia referir-se o peso significativo das mulheres na Hotelaria, com uma percentagem superior a 40%.

Por regiões, a maioria dos trabalhadores prestam serviço nos três distritos mais desenvolvidos turisticamente: Lisboa, Faro e Funchal.

E nos dois primeiros, trabalham mais de 50% dos assalariados do sector.

#### Pessoa em serviço na hotelaria

(1981)

DISTRITOS .....	%
LISBOA .....	28,7
FARO .....	24,7
FUNCHAL .....	14,9
PORTO .....	5,3
RESTANTES DISTRITOS .....	24,4

### Portugal e o Turismo Internacional

Apresentados alguns indicadores de enquadramento do turismo na economia por-

tuguesa, fixemo-nos na importância do turismo português a nível internacional.

Muito modesta é a contribuição do nosso país como se pode confirmar, através do indicador «percentagem das receitas por países no conjunto do turismo internacional»

#### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Países	Parte relativa em % do total	
	1980	1981
PORTUGAL .....	1,6	1,4
ESPAÑA .....	7,9	8,3
ITALIA .....	13,0	12,8
FRANÇA .....	10,8	10,3
GRECIA .....	2,4	2,7

Para além de uma percentagem inferior a 20% dos fluxos chegados à Europa mediterrânica, os níveis modestos de participação portuguesa podem igualmente observar-se com menos de 1% dos turistas entrados nos países da OCDE.

#### IMPLANTAÇÃO REGIONAL

Do ponto de vista regional, o turismo português é caracterizado por possuir uma ELEVADA CONCENTRAÇÃO.

- Utilizemos três indicadores:
- Capacidade hoteleira (camas)
  - 6 Restaurantes
  - Dormidas



**1. Capacidade hoteleira**

Estima-se em cerca de 200.000 camas, a capacidade hoteleira efectiva:

- 120.000	.....	Hoteleria
- 27.780	.....	Casas de Hóspedes
- 8.565	.....	Códnias
- 4050.000	.....	não recenseadas

Do total atrás referido, só Lisboa e Faro terão uma percentagem não inferior a 60%.

E dos 20 distritos existentes, 4 possuem seguramente dois terços (2/3) do total de camas.

Utilizando os registos oficiais para a Hoteleria (50% do total), encontra-se a seguinte distribuição:

Capacidade hoteleira por regiões  
(1981)

Distritos	%
LISBOA	26,9
FARO	19,6
FUNCHAL	11,6
PORTO	6,3
RESTANTES DISTRITOS	35,6

**2. Dormidas na Hoteleria**

Mais ainda que o n.º de camas, as dormidas registadas em 1981, vêm confirmar o elevado grau de concentração das actividades hoteleiras, dado assistir-mos a percentagens mais elevadas nas três principais regiões turísticas:

Dormidas na hoteleria  
(1981)

Distritos	%
LISBOA	30,7
FARO	23,7
FUNCHAL	16,7

	JAN/MARÇO	ABRIL/Junho	Julho/SET	OUT/DEZ
Dormidas de estrangeiros na Hoteleria (1980)	15,5	26,7	36,6	21,2

**3. Restaurantes**

Com este último indicador, confirma-se não só a supremacia do distrito de Lisboa, numa perspectiva regional, como ainda a elevada concentração já existente no sector hoteleiro. Tornando ainda claro a evidente complementaridade destes serviços.

Saliente-se no Porto, um maior peso no sector de restauração relativamente ao parque hoteleiro, de fraca expressão.

Restaurantes  
(1981)

Distritos	%
LISBOA	36,6
FARO	21,4
PORTO	12,4

**Ou, ainda pelas «DORMIDAS NA HOTELARIA»**

DORMIDAS NA HOTELARIA	
1973	1981
10.332.536	13.482.265

Esta subida dos números de dormidas e turistas, teve a sua natural correspondência no crescimento do parque hoteleiro (camas).

De facto, em 1973, eram cerca de 70.000 camas, quando em 1980, se constata existirem cerca de 200.000.

Sendo ainda de salientar o surgimento de uma oferta a crescer significativamente nas «vilas, apartamentos e aldeamentos» que, terá atingido quase tantas camas em 1980 (60.000) quantas existiam em 1970, para a totalidade do sector.

Ainda outro vector de real significado nesta perspectiva evolutiva do sector, é o aparecimento do campismo que, em 1980, já possuía mais de 100.000 lugares.

**Principais Problemas**

Ausência de uma planificação sectorial e sua ligação às demais actividades económicas, permitindo um crescimento anárquico, e assente em intuítos especulativos da iniciativa privada que, continua a ser predominante neste sector.

Falta de um ordenamento territorial nas regiões turisticamente vocacionadas, sem o necessário controlo das populações.

Excessiva dependência do turismo externo, onde se verifica existir uma forte concentração de mercados, como quatro países (Espanha, Inglaterra, Alemanha Federal e França) representando mais de 65% dos fluxos externos.

Accentuada sazonalidade das dormidas na hoteleria, como se pode observar pelo quadro abaixo;

Onde cerca de 40% dos estrangeiros nos visitam durante três meses.

Promoção deficiente de certas actividades turísticas, ligadas ao desporto, cultura, 3.ª idade, juventude, terras.

Agravamento das condições de ensino na formação e aperfeiçoamento profissionais.

Insuficiência de estruturas de animação e recreio.

Degradação do património cultural.

Deficientes e saturadas infraestruturas, nomeadamente estradas, saneamento básico, abastecimento.

NOTA: No próximo número, abordaremos este sector na perspectiva da organização sindical e da luta dos trabalhadores, com base em dados fornecidos pela respectiva Federação, como aliás o estudo hoje publicado. (A)



# Plano integrado

## Caracterização Objectivos

*Os trabalhadores debatem-se com inúmeros problemas concretos e que necessitam de respostas urgentes e objectivas. Temos que avançar nas reivindicações e nas lutas com a organização que temos, mas não perder a perspectiva da necessidade de evoluir, e tão depressa quanto possível, na organização para que os esforços que dependemos, as lutas que travamos, tenham êxito.*

*É possível, e indispensável, ligar a organização à luta. A organização não é abstracta, não é «motivo» só por si. A organização evolui tanto mais quando melhor for compreendida a sua necessidade.*

### Três grandes prioridades

O Conselho Nacional da CGTP-IN, tendo em vista o reforço da CGTP-IN e considerando a grande intervenção reivindicativa e as inúmeras lutas que os trabalhadores portugueses têm que desenvolver nos próximos tempos, para defesa dos seus direitos e interesses no campo social, económico e político, propõe o desenvolvimento dum plano integrado de trabalho assente nos objectivos e direcções de trabalho definidos pelo IV Congresso como prioritários.

Este plano desenvolver-se-á assente nos esforços conjugados da organização sindical, da formação sindical, dos tempos livres e da informação e propaganda e deverá ser desenvolvido em todas as estruturas do Movimento Sindical Unitário.

O Conselho Nacional define para este plano as 3 seguintes grandes prioridades (OBJECTIVOS):

- I — O AUMENTO DA SINDICALIZAÇÃO
- II — O DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO NA EMPRESA
- III — A FORMAÇÃO E GESTÃO DOS QUADROS

A acção para atingir estes 3 grandes objectivos deve ser permanentemente imbuída de medidas de reestruturação administrativa e financeira, sem as quais é impossível manter a vida necessária nas associações sindicais.

### Direcções de trabalho

Para o desenvolvimento deste plano, o Conselho Nacional considera que os nossos esforços e acção se devem desenvolver nas seguintes direcções de trabalho:

**A — Fazer evoluir a acção sindical nos locais de trabalho.** Aumentar a participação dos trabalhadores e impulsionar desde a base a descentralização da estrutura e acção sindical.

**B — Melhorar o funcionamento das associações sindicais a todos os níveis** em direcção à resposta às prioridades definidas; no plano da acção sindical, no plano administrativo, e no plano financeiro, tendo sempre presente que no entendimento correcto da hierarquia das estruturas e dos órgãos é necessário utilizar os quadros sindicais na resposta aos interesses mais gerais da CGTP-IN.

**C — Melhorar em todos os níveis da nossa estrutura o trabalho de direcção e coordenação,** procurando uma melhor aplicação dos princípios da CGTP-IN, um melhor aproveitamento de todas as potencialidades de que dispomos, no plano humano, técnico e financeiro, trabalhando organizadamente e de forma planificada.

**D — Trabalhar para a evolução do estilo de trabalho e funcionamento** na base de que todas as estruturas do movimento sindical, em especial os sindicatos, têm de se estruturar, organizar e desenvolver a sua actividade, em função da empresa ou local de trabalho e/ou conjunto de pequenas empresas e/ou locais de trabalho, dando prioridade às grandes concentrações de trabalhadores.

**E — Avançar quantitativamente e qualitativamente no trabalho de organização e acção sindical das mulheres, dos jovens e dos quadros técnicos e no aprofundamento duma melhor ligação ao MURPI em todos os níveis da sua estrutura.**

### Gestão administrativa e financeira

O aumento do desemprego, dos contratos a prazo, o aumento da repressão, o agravamento das condições de vida e da situação financeira dos trabalhadores, a crise económica, financeira e social, que o nosso País atravessa, provocam inevitavelmente dificuldades económicas e financeiras ao Movimento Sindical.

O Plano Integrado na sua aplicação nas empresas, nos sindicatos, federações e uniões distritais, deve adoptar medidas concretas para a melhoria da gestão administrativa e financeira, à luz das conclusões do IV Congresso e respeitando as seguintes ideias:

1 — Os factores que na nossa sociedade provocam agravamento da situação económica e financeira do movimento sindical têm tendência para se manterem e podem até agravar-se.

A gestão administrativa e financeira tem de ser feita tendo em conta as realidades concretas com que os trabalhadores do respectivo sector e/ou região se debate, não pode adoptar medidas acima das possibilidades e dos hábitos que os próprios trabalhadores que lhe dão corpo possuem.

2 — Todas as estruturas sindicais devem, urgentemente, tomar as medidas que lhes permitam viver com boa capacidade de intervenção sindical.

3 — O equilíbrio financeiro só é possível com boa gestão e fundamental e imprescindivelmente com a acção que conduza ao crescimento das verbas disponíveis, através do aumento da sindicalização e total recolha das quotizações.

Em complemento devem ser tomadas como de urgente aplicação as seguintes orientações que o IV Congresso definiu como as mais urgentes:

a) Maior acompanhamento dos sindicatos em relação ao envio das quotizações

pelas empresas e tomada de medidas que visem a recolha das quotizações dos trabalhadores por outras formas;

b) No respeito pelos limites estatutários das associações sindicais, designadamente a soberania das assembleias gerais dos sindicatos, procurar encontrar a aceitação por toda a estrutura de não haver aquisições de bens móveis, viaturas, material de reprodução, sem concordância expressa da estrutura imediatamente superior;

c) Empenhamento para uma maior intervenção da CGTP-IN no conhecimento e acompanhamento da vida financeira das associações sindicais, no sentido da concretização duma política de gestão global e coordenada correspondente aos interesses globais do M.S.U. sem pôr em causa a autonomia e interesses específicos;

d) Apoio para a criação e funcionamento pleno de gabinetes financeiros das uniões de Lisboa, Porto e Setúbal que desenvolvam a aplicação da política global definida;

e) Obrigatoriedade das uniões distritais e federações apresentarem previamente aos sindicatos orçamentos acompanhados de relatórios justificativos de todas as iniciativas a desenvolver que excedam os seus orçamentos normais. E eliminação de qualquer existência de pedido de empréstimo pelas estruturas intermédias aos sindicatos, sem conhecimento do Conselho Nacional da CGTP-IN. **A**





**Constituição da Federação  
reforça  
Movimento Sindical  
docente**

*A Federação Nacional dos Professores (FENPROF), constituída em Congresso, realizado em Lisboa de 27 a 30 de Abril do corrente ano, pela forma democrática e participada como foi constituída, pela coerência de orientação e pelo apoio massivo com que os Sindicatos que a compõem contam entre os professores, afirma-se já como a maior e mais representativa organização de professores — e, certamente, de trabalhadores intelectuais — do país, lê-se no seu programa de acção, do qual vamos extrair, a seguir, algumas passagens.*

Os Sindicatos dos Professores desempenham um papel fundamental na defesa dos interesses sociais e profissionais dos professores e na luta por uma escola democrática, ao serviço do progresso independente do país.

As acções divisionistas têm procurado alcançar um objectivo: enfraquecer o movimento sindical e reduzir e limitar o seu papel. Elas mostram claramente que o divisionismo procura tornar o sindicalismo docente num instrumento dócil, que «amorteça o choque» de uma política virada para o agravamento das condições de trabalho dos professores, para a limitação dos seus direitos e para a recuperação de uma política educativa retrógrada e reprodutora de desigualdades e distorções sociais e económicas.

**Contribuir  
para a unidade**

Os Sindicatos membros da FENPROF mantêm todos uma posição de não filiação



em organizações sindicais de tipo superior. A FENPROF adotará idêntica orientação.

Uma tal posição não se fundamenta numa visão neutral do movimento sindical. A FENPROF regista, por um lado, da parte da CGTP-IN, uma atitude de cooperação e de respeito pela interdependência recíproca manifestada para com os Sindicatos dos Professores. Por outro lado, da parte da UGT, não pode deixar de registar a atitude de hostilidade, ingerência nos assuntos internos e evidente comprometimento em tentativas de divisão do movimento sindical docente.

A FENPROF considera o reforço da cooperação e da acção comum com todas as estruturas do movimento sindical como objectivamente útil, vantajoso e eficaz, no sentido de estabelecer laços e contactos entre os professores e os restantes trabalhadores e de contribuir para a sua unidade.

A FENPROF é parte integrante do movimento sindical que luta pela unidade dos trabalhadores portugueses.

### Herdeiro de uma rica tradição sindical dos professores

O movimento sindical docente actual é o herdeiro da longa e rica tradição associativa e sindical dos professores portugueses, mantendo e prolongando os traços essenciais que caracterizam o sindicalismo docente livremente organizado: a implantação directa nas escolas, a luta pela dignificação da profissão, a intervenção no plano da reflexão acerca de questões pedagógicas e de política educativa, o carácter democrático e antifascista.

Essa tradição e as características da grande arrancada imediatamente posterior ao 25 de Abril moldaram profundamente os Sindicatos dos Professores actuais, embora de forma diversa e multifacetada.

O movimento sindical docente estruturou-se regionalmente e desenvolveu-se de forma desigual, o que conduziu à existência de sindicatos com diferentes potencialidades, capacidade de acção e implantação.

**Tendo presente esta diversidade organizativa regional, mas reconhecendo a necessidade de encontrar respostas nacionais aos problemas dos professores e do ensino, os sindicatos sempre consideraram como uma questão de grande importância a coordenação e estruturação do movimento sindical docente no plano nacional: sempre entenderam como primordial a insti-**

tucionalização de formas de articulação, ordenação e cooperação entre os vários sindicatos regionais, representativos e independentes.

**A constituição da Federação Nacional dos Professores, quase nove anos passados sobre o 25 de Abril e a existência do movimento sindical docente livre e independente, não decorre de uma análise conjuntural da situação, mas das vantagens objectivas que daí podem decorrer para os professores e para o ensino.**

Os Sindicatos dos Professores dos Açores, na Europa, da Grande Lisboa, da Madeira, do Norte, da Região Centro e da Zona Sul, ao tomarem a decisão de promover a realização do Congresso Constituinte da Federação Nacional dos Professores, pretendiam alcançar um **objectivo** que os professores portugueses perseguem desde 1974: **dar uma dimensão nacional à luta e à acção dos professores pela democratização da escola e pela valorização da profissão docente.**

### Lutar por uma profissão mais digna

A profissão docente, de cuja situação depende inequivocamente o progresso da educação, tem vindo a desvalorizar-se continuamente nos últimos anos, com a crescente perda de poder de compra (vastos sectores de professores têm hoje um salário real inferior a 1974), a degradação das condições materiais de trabalho nas escolas, as deficientes condições de formação inicial, em exercício e contínua, a indefinição ou mesmo a inexistência de uma carreira.

**Os graves problemas nacionais, entre os quais se inclui a educação, têm solução, desde que se respeitem as transformações democráticas resultantes do 25 de Abril, se procure realizar o projecto de vida colectiva consagrada na Constituição da República e se tenham em conta os interesses, o empenhamento e a dinâmica daqueles que são os construtores do futuro, os trabalhadores.**

O Programa de Acção da Federação Nacional dos Professores para 1983/1985 assenta no princípio de que, **com uma política e com a confiança, o apoio e o empenhamento dos professores haverá solução para os problemas da educação no nosso país.**

A FENPROF empenhar-se-á activamente no sentido de contribuir para a resolução dos problemas nacionais, não hesitando em mobilizar os professores para apoiarem a concretização das medidas que, respeitando os seus direitos e liberdades, mantenham sem nuvens a esperança de uma profissão mais digna e valorizada, de uma escola democrática e de qualidade, de um futuro colectivo de justiça e de progresso social. **A**



CARTA  
REIVINDICATIVA  
INTERNACIONAL  
(continuação)

# Quadros técnicos e contratação colectiva

**Em grande número de países os quadros não têm direito de associação. Considera-se necessário afirmar que a primeira condição do direito de contratação é o direito dos quadros constituírem livremente sindicatos, de se sindicalizarem, de desempenharem publicamente funções sindicais e de serem protegidos contra todos os actos discriminatórios que conduzam à restrição desse direito.**

## O papel do contrato colectivo

Os contratos colectivos devem incluir garantias em matéria de classificação, de remuneração, carreiras, férias, doença, acidente, formação, admissão, reforma, direitos sindicais, liberdade de expressão, etc.

O contrato colectivo é, antes de tudo um meio de estender ao maior número possível de assalariados o resultado das conquistas sociais alcançadas. É fundamental que os quadros não aceitem no contrato individual cláusulas que não respeitem os direitos consagrados na contratação do sector ou empresa. Estes podem ser melhorados ou complementados por acordos de âmbito mais limitado negociados a nível de empresa ou grupos de empresas.

## Contratos colectivos e problemas específicos dos quadros

O facto de se defenderem contratos verticais não é contraditório com a existência de cláusulas específicas para certas funções que poderão constituir um anexo do CCT. Não se trata de obter regalias suplementares mas procura-se, com esse clausulado específico, responder a três preocupações:

1.º *Adaptar as garantias gerais conquistadas por todos os trabalhadores às categorias dos quadros, tendo em conta as condições específicas criadas pelo exercício das suas funções. É o caso da formação permanente (conteúdo, quantidade de trabalho), da duração do trabalho, do «Forfait», etc.*

2.º *Obter garantias específicas para os quadros: participação em estágios como monitores; cláusulas de não concorrência; remuneração das invenções; disposições concretas contrapressões concretas ou ma-*

*teriais que visem dissuadir os quadros de aceitar responsabilidades sindicais (bloqueio à carreira, diminuição de responsabilidades, etc.); enfim, disposições de não discriminação designadamente por sexo, em todos os níveis de responsabilidade.*

3.º *Ter em conta as regalias colectivas já adquiridas que não devem ser postas em causa.*

## Conteúdo, forma e organização do trabalho

O patronato defende cada vez mais que os quadros devem ser solidários com os objectivos e interesses da empresa. O que pressupõe: que escolham a defesa dos interesses da empresa mesmo que se oponham aos dos assalariados; a proibição de exprimir colectivamente o seu descontentamento participando em movimentos reivindicativos ou conflitos colectivos.

Esta tentativa de assimilação pelo patronato, tende, por um lado, a negar os direitos fundamentais dos quadros em defender os seus interesses enquanto assalariados e, por outro a privilegiar aspectos coercivos das suas funções em relação aos restantes trabalhadores.

## O direito ao pleno exercício de responsabilidades

Tendo em conta os aspectos particulares contidos nas noções de responsabilidade e criatividade ligados às funções do pessoal de enquadramento, devem ser elaboradas disposições por comissões paritárias que façam beneficiar estes trabalhadores de uma discriminação de tempo de trabalho. Essas disposições implicam a adopção de medidas quanto ao número de trabalhadores, à repartição do trabalho e que seja tomado em conta o tempo de formação permanente e de ensino.

Estas disposições devem garantir o direito à criação científica e técnica, que para ser efectivamente, exercido que lhes sejam facultadas todas as condições materiais e de exercício da profissão no emprego, designadamente, a possibilidade de acompanhar a evolução científica e técnica.

O exercício deste direito exige igualmente que os inventores, particularmente os inventores assalariados, sejam protegidos no res-

peito do princípio de que as «ideias pertencem a quem as elabora», sendo-lhes assegurado:

— que o seu nome figure no material que elaboram, nas patentes que registam.  
— que recebam remuneração proporcional ao valor da invenção mesmo que seja realizada no quadro normal das suas funções enquanto assalariado;

— que recebam remunerações pelas descobertas que não dão lugar a patente mas que apresentem interesse indiscutível para o progresso;

— de serem consultados em caso de utilização das suas invenções, podendo opôr-se a utilizações condenáveis.

É necessário ter em atenção a organização do trabalho do pessoal de enquadramento, criando condições ao desenvolvimento da sua carreira profissional. Isto implica: —

— Suprimir cláusulas que imponham que o pessoal de enquadramento seja móvel;

— favorecer a mobilidade voluntária pela publicação sistemática de planos de desenvolvimento assim como de lugares a preencher;

— excluir as cláusulas de não concorrência que travem a mobilidade voluntária.

### Condições de trabalho e responsabilidades específicas dos Q.T.'s.

Em virtude das funções e atribuições que lhes são próprias os Q.T.'s têm reivindicações específicas.

É o caso das deslocações resultantes do exercício da sua profissão. A organização do trabalho dos quadros deslocados necessita de ser considerada com precisão:

— duração máxima das deslocações.  
— direito a ser visitado pela família e a folgas regulares, bem como aos períodos de descanso entre duas deslocações sucessivas.

— condições de alojamento  
— despesas de transporte  
— É o caso da cláusula de não-concorrência pela qual, após a rescisão do contrato de trabalho o trabalhador se compromete a não fazer concorrência à entidade patronal, quer venha a trabalhar para uma entidade concorrente quer se instale por conta própria.

Esta cláusula deve ser regulamentada por legislação nacional, contratos colectivos ou acordos de empresa, de acordo com os seguintes princípios:

— a existência de um acordo escrito entre as partes que estabeleça um limite de tempo (um máximo de dois anos seria um

prazo razoável), um âmbito geográfico delimitado e a restrição ao mesmo ramo de actividade;

- não poder ser invocada caso a rescisão do contrato de trabalho tenha sido da responsabilidade da entidade patronal;
- previr uma indemnização compensadora das restrições impostas ao trabalhador;
- limitar-se estritamente às actividades para as quais o problema se coloca efectivamente.

As organizações sindicais representativas de Q.T.'s devem ter controlo sobre a aplicação destas disposições.

É o caso da higiene e segurança no trabalho. As condições de trabalho têm influência tanto na saúde do pessoal técnico como na dos restantes trabalhadores. O estudo destas deve ter como objecto quer o trabalho intelectual, quer o trabalho manual.

As conclusões dos estudos efectuados devem ser levadas ao conhecimento do pessoal técnico e dos seus representantes.

Os quadros estão duplamente interessados nestas questões, atendendo a que têm um papel importante na criação das condições de segurança das instalações das empresas. Quer tenham a responsabilidade da concepção de um produto, da instalação de «ateliers» ou da produção, devem trabalhar em ligação com os médicos da empresa e ter conhecimento das críticas feitas pelos centros de higiene e segurança e organizações sindicais.

A responsabilidade dos Quadros Técnicos no desenvolvimento da empresa não deve limitar-se à aplicação de certas regras e à correcção à posteriori dos erros verificados.

Esta responsabilidade implica que os Q.T.'s cooperem na elaboração dos projectos e respectivos estudos e consultas em ligação com especialistas dos diferentes campos da ergonomia.

Os Q.T.'s que pela natureza das suas funções têm acesso ao conhecimento das deficiências em matéria de higiene e segurança e meio ambiente devem delas poder informar os sindicatos sem que por tal motivo sejam penalizados ou prejudicados na sua carreira profissional pela entidade patronal.

Os meios postos à disposição dos Q.T.'s em matéria de higiene e segurança são fixados pela política geral da empresa, cujo único responsável é o director-geral. A responsabilidade jurídica das insuficiências neste campo e dos acidentes que eventualmente possam ter lugar não pode pois de forma alguma ser imputada ao pessoal técnico. **A**

Este texto é a continuação do artigo publicado nas páginas 20 a 22, da edição n.º 8 de «Alavanca».



## A luta do Sindicato das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo

*O ano de 1982, no campo da contratação colectiva, foi muito movimentado, atendendo a que para os diversos sectores representados por este Sindicato se alteraram ou elaboraram os diversos regulamentos de convenção colectiva.*

*É evidente que também nos anos anteriores a contratação colectiva tem sido sempre um dos campos de batalha, quer pela múltiplas fases e dificuldades de negociação, quer também pelo grande desinteresse demonstrado pelos próprios trabalhadores, nomeadamente os da Construção Civil, que se mostram apáticos no que respeita a sindicalismo, dado que as relações de trabalho existentes na maior parte das frentes não são aquelas que originem directamente a intervenção do Sindicato. Além disso os próprios trabalhadores que já se encontram a receber vencimentos muito acima dos previstos no CCT — eles próprios não pretendem ser sindicalizados atendendo às facilidades com que se movimentam nos postos de trabalho, ou de empresa para empresa, ou de particulares para particulares.*

*Foi neste contexto, que o Sindicato desenvolveu a sua actividade, nomeadamente, nos contratos que a seguir analisamos.*



### **CCT — Construção Civil: um «record» nas negociações**

O ano de 1981 terminou com a elaboração de uma PRT para o sector, por se ter verificado o impasse das negociações oportunamente realizadas.

O Sindicato pretendia uma equiparação salarial no CCT àquela que a maioria das empresas estavam a praticar.

Evidentemente que esta posição significa-

va uma percentagem na ordem dos 60% sobre as últimas tabelas salariais publicadas em Fevereiro de 1980, mas que haviam sido negociadas ainda antes do sismo de 1980.

Através da PRT, o Sindicato viu realizadas não só as posições e exigências pretendidas, como até em alguns casos, aumentos superiores aos propostos inicialmente. No entanto a vitória salarial alcançada não foi sem certas concessões, e uma delas foi a vigência que sofreu um atraso de alguns meses.

Mas em 1982 — 10 meses após a publicação da PRT — poprós o Sindicato novas alterações salariais, e qual não foi a surpresa, quando se viu o patronato aceitar quase toda a proposta salarial do Sindicato, que em muitos casos consignava aumentos na ordem dos 25%. As negociações fizeram-se, por consequência, numa só reunião. Um autêntico «recorde» nas negociações em Angra do Heroísmo.

### **ACT-EVT — (Transportes)**

Também nesta empresa, que se dedica unicamente à exploração dos transportes públicos de passageiros, o Sindicato subscree o ACT em representação dos profissionais da Construção Civil e Electricistas.

Não há muito a dizer sobre estas negociações, uma vez que nos limitamos a seguir as exigências do Sindicato maioritário — o dos Transportes e Turismo — isto, sem esquecer que muitas das posições assumidas pela nossa Comissão Negociadora serviram, muitas vezes, para desbloquear situações perigosas e até ajudar a resolvê-las a contento das partes.

Estamos, por exemplo, a falar de umas negociações realizadas em 1980, em que os Sindicatos dos Transportes e Turismo e dos Trabalhadores de Escritório e Comércio quiseram dar por concluídas as negociações e, no final, nada havia ficado esclarecido sobre os aumentos aceites pela entidade patronal. Foi preciso que o Sindicato das Indústrias Transformadoras tivesse estado muito atento ao desenrolar dos acontecimentos e se tivesse apercebido das reais intenções da empresa e, neste caso, tivesse chamado à atenção das diversas comissões negociadoras e desbloqueado a situação que se resolveu em mais duas reuniões.

### **ACT — Fábrica de Tabaco Flor de Angra Elaborado um anteprojecto**

No sector dos Tabacos apenas existiam algumas PRT's, muito antigas, a regulamentar as condições de trabalho dos profissionais da única empresa que naquele âmbito geográfico se dedica à indústria dos Tabacos.

Tal situação originou que o Sindicato se debrucasse sobre o assunto e elaborasse um anteprojecto de ACT que foi totalmente aprovado em plenário realizado na própria empresa, com todos os trabalhadores.

Embora todo este trabalho tivesse sido realizado no ano de 1982, só em 1983 é que se apresentou a proposta à empresa, esperando-se o resultado das negociações.

### **CCT — Indústria de Bordados, Vestuários e Lavandarias: importante vitória salarial**

Já há alguns anos que neste sector tem havido inúmeras dificuldades em se alterar o clausulado existente e, principalmente, as respectivas tabelas salariais.

Nas alterações anteriores nunca se conseguiram tabelas salariais superiores às do salário mínimo nacional para os rurais, e pela pequenez do sector e a sua forma artesanal, quer pela própria mão-de-obra ser feminina e, sobretudo, menor.

No entanto, no ano de 1982, o Sindicato apostou na via administrativa, pois que o patronato se negava a fazer concessões e, inclusivamente, não pretendia negociar, alegando que a pequenez do sector não justificava o recurso à contratação colectiva.

No entanto, foi através do recurso à via Administrativa que o Sindicato conseguiu, pela primeira vez, salários superiores ao próprio salário mínimo nacional de 10 700\$00 (os salários foram de 11 500\$00), dado que a maioria das empresas estavam isentas, por lei. Salários esses que, embora tivessem sido ultrapassados em Janeiro/83 pelo novo salário mínimo nacional, não deixou de ser uma vitória, porque impediu que as empresas do sector, ao pedirem a isenção do salário mínimo nacional, ficassem novamente com o salário mínimo fixado para os rurais.

### **AE-SAAGA: Agarrou-se todo o processo de contratação**

O Sindicato das Indústrias Transformadoras abrange os trabalhadores dos parques industriais que a SAAGA possui em Angra do Heroísmo e na Horta. Por isso é subscritor do «AE» que existe naquela empresa, que exerce a sua actividade em toda a Região Açores.

Em 1982 limitámo-nos a apenas a contactos telefónicos com os Sindicatos de Ponta Delgada, a quem credenciámos para nos representar na primeira reunião.

No entanto, no corrente ano, passámos a ser os iniciadores de todo o processo de contratação, e com os contactos feitos directamente nos locais de trabalho, tanto em Angra do Heroísmo, como na Horta, conseguiu-se elaborar uma proposta que, ao ser apresentada em Plenário dos Sindicatos subscritores, mostrou ser devidamente fundamentada e, por isso, foi aceite. (A)



Principais causas das lutas



## Dar-lhe combate em todas as frentes!

Demitido, derrotado, com novo Governo em diligências para formação, o último Governo PSD/CDS, abusando do poder, entrou em alucinante publicação de decretos-leis claramente ilegais e contrários aos mais elementares interesses dos trabalhadores, tentando jogar no «facto consumado» e querendo impor, através de decreto, um «pacto social» favorável ao grande patronato e às multinacionais.

Através do Decreto-Lei 188-83, publicado no dia 14 de Maio, as excrescências da AD no Poder visam regulamentar o famigerado e contestado decreto dos 17%, considerado inconstitucional e já furado por centenas de milhares de trabalhadores... O referido diploma, abusivamente designado como «poupança laboral», regulamenta o pagamento em títulos da dívida pública dos aumentos superiores a 17%.

E, através do Decreto-Lei 189/83, de 14 de Maio, altera o DL 48/83 de modo a penalizar

também os aumentos salariais decorrentes de contrato individual de trabalho.

Mais uma vez, os diplomas complementares do decreto dos 17% foram elaborados sem a participação dos trabalhadores, pelo que **são inconstitucionais**.

Recordamos (ver Alavanca n.º 8, de Fevereiro 83, pág. 11) que a CGTP-IN considera o decreto dos 17% inconstitucional, como foi reconhecido publicamente por outras forças sociais e políticas, tendo mesmo sido pedida pelo Presidente da República ao Tribunal Constitucional a apreciação da constitucionalidade do referido Decreto-Lei 48-83.

O facto de o Governo demérito, em que o PSD é maioritário, insistir na tentativa da sua aplicação é provocatório e claramente desestabilizador, numa altura em que essas mesmas forças se empenham na formação dum novo governo e apregoam o «diálogo social».

### Avisos de portarias de extensão

Manifestamente abusiva e ilegal é igualmente a publicação de avisos de Portarias de Extensão, visando impor a todos os trabalhadores textos assinados entre o patronato e organizações divisionistas.

Esta prática foi já denunciada pela CGTP-IN junto da OIT, por violar a liberdade sindical e o direito de contratação colectiva, além de pretender retirar aos trabalhadores um conjunto de direitos e regalias duramente conquistados e consagrados nos contratos colectivos de trabalho existentes.

Apesar da sua condenação expressa pela OIT, o governo PSD/CDS insistiu em adoptá-la publicando recentemente 3 avisos de Portarias de Extensão para os sectores metalúrgico (150 mil trabalhadores), gráfico e transformação de papel (22 mil trabalhadores) e vestuário (50 mil trabalhadores), afectando assim mais de 200 mil trabalhadores.

Independente de outras acções a desenvolver, a central vai denunciar mais uma vez, junto da OIT, o carácter abusivo e ilegal de tais pretensões no sentido de que sejam imediatamente revogadas.

### Inspecção de trabalho

Outra medida grave é a aprovação dum decreto-lei que altera a orgânica e funcionamento da Inspecção de Trabalho, sem que os trabalhadores tenham participado na sua elaboração.

Tal decisão viola a lei e a Constituição portuguesas e contraria as normas da OIT relativas à participação tripartida em matéria de Administração do Trabalho.

### Redução de salários e despedimentos

Provocou a mais viva indignação e repulsa a publicação do Decreto-Lei 201/83, através do qual o Governo demérito pretende reduzir em 30% os já baixos salários dos trabalhadores de empresas que o próprio Governo venha a considerar em situação difícil.

Nas condições tão degradadas em que vem os trabalhadores, como resultado da política desastrosa prosseguida desde 1976 e agravada pelos governos de direita, tal medida, juntamente com as que foram tomadas ultimamente, constitui uma autêntica provocação que merecerá o repúdio activo dos trabalhadores.

A CGTP-IN alertou para o facto de ser o PSD, cuja entrada para o próximo governo tem estado em negociações e é dada como certa, o principal partido e responsável do defuncto Governo que está a seguir uma política de «factos consumados», visando atacar frontalmente os mais elementares direitos e interesses dos trabalhadores e contrariar o sentido da sua luta pela satisfação das reivindicações aprovadas no 4.º Congresso, que irão ser apresentadas ao próximo Governo.

A CGTP-IN exortou os trabalhadores a mobilizarem-se para combater tais medidas; reclamou que as forças democráticas tomem uma clara posição de repúdio das mesmas no respeito pela vontade popular que, em 25 de Abril, derrotou os partidos da AD e condenou claramente a sua política; e, anuncia, desde já, que vai interceder junto da Assembleia da República para que sejam revogadas todas as decisões ilegais tomadas pelos governos PSD/CDS. **A**



## Principais causas das lutas

# Salários em atraso e defesa do emprego

O pagamento dos salários em atraso e a defesa do emprego são as principais causas dos conflitos de trabalho ocorridos desde o princípio do ano. Divulgámos, no n.º 8 de Alavanca, a análise do Departamento de Contratação Colectiva da CGTP-IN do primeiro mês do ano. Agora damos à estampa os meses de Fevereiro e Março, salientando que, segundo dados já na nossa posse, os meses seguintes mantêm a mesma tendência.

das empresas analisadas. Milhares de trabalhadores não recebem salários ou recebem-nos parcialmente e de forma irregular.

Em Leiria, região das mais afectadas, efectuou-se a 2 de Fevereiro um encontro de representantes das empresas em situação de crise, onde se concluiu que as com maiores dificuldades são a **Olaria de Alcobaca, J. F. Custódio, Favilda, Benito Garcia, Fiação e Tecidos, Abadia de Alcobaca**, entre outras.



### Mês de Fevereiro

A análise, com base em 26 sectores de actividades e 150 empresas, dos conflitos em Fevereiro revela que o não pagamento de salários continuou a ser a causa principal dos conflitos laborais, seguida da luta pela actualização salarial, a defesa do emprego e a defesa dos direitos colectivos dos trabalhadores.

### Salários em atraso

O não pagamento de salários afecta 48,7%

### Actualização salarial

Atrás dos processos de contratação colectiva, a actualização salarial motivou uma larga percentagem de conflitos laborais — 69% dos sectores de actividade. Este mês é dominado pela tentativa de imposição dum tecto salarial de 17%. Apesar do Decreto-Lei 48/83 não impedir aumentos superiores àquele valor (prevê apenas que em condições determinadas haja uma contribuição extraordinária para a Segurança Social), a verdade é que veio reforçar a posição das entidades patronais que se recusam a conceder aumentos superiores a 17%.

## Defesa do emprego

Os sectores onde a defesa do emprego assumiu maior importância foram os **têxteis e vestuário, calçado, metalurgia e metalomecânica, cerâmicos e indústria vidreira**.

A situação mais frequente tem a ver com risco de encerramento e falência das empresas, detectando-se a defesa dos postos de trabalho como causa principal dos conflitos em 39% das empresas estudadas.

## Violação dos direitos

Em 20% das empresas verificaram-se situações de violação dos direitos colectivos dos trabalhadores, em particular, os direitos sindicais. A violação dos direitos sindicais assumiu, com maior frequência, as seguintes formas:

— Impedimento da realização de plênários no período normal de trabalho, mesmo em empresas públicas como os CTT e CNP.

— Suspensão ou despedimento dos representantes sindicais, como aconteceu nas empresas **Batista Russo, A. Marinho, Fábrica de Loça de Sacavém, etc.**

— Discriminação dos representantes sindicais, sobretudo ao nível salarial. Registou-se também, um número significativo de empresas, com violação do direito de contratação colectiva. Na **Panificação Centro Sul** a entidade patronal recusou-se a negociar com os sindicatos representativos, na **RN e TAP** não houve apresentação de contrapropostas, etc.

O próprio governo violou o direito de contratação colectiva através da tentativa de aplicação de pseudoconvênções subscritas por organizações minoritárias e divisionistas a todos os trabalhadores, através de portarias de extensão como aconteceu na **Hotalaria do Centro**.

## Formas de luta

As formas de luta assumidas pelos trabalhadores, no mês em referência, apresentam as seguintes características:

— **DIVERSIFICAÇÃO** (greves e ameaças de greve, concentrações, corte de vias de comunicação, marchas, impedimentos de saída de mercadorias, manifestações, etc.)

— **CONJUGAÇÃO TEMPORAL** das formas de luta nas empresas do sector dos transportes (**Metro, Carris e CP**) como aconteceu em Janeiro.

— **EXTERIORIZAÇÃO DOS CONFLITOS** através de acções colectivas no sentido de dar a conhecer à opinião pública as razões da luta dos trabalhadores (neste aspecto destaca-se para o conflito da **Vidreira de Fontela**).

Os conflitos que assumiram um maior impacto público no mês de Fevereiro, foram os das empresas públicas e nacionalizadas do sector de transportes (**Caris, CP e Metro**), a

**CIFA e Vidreira de Fontela**. Destaca-se este último conflito, que envolveu directamente quer os trabalhadores da empresa (à largos meses sem salários e os postos de trabalho em perigo) quer a população da região (Vila Verde) onde se localiza a empresa.

## Resultados da luta

Grande parte dos conflitos continuam sem resolução. Mantém-se a tendência para o aumento da duração dos conflitos.

Referem-se, apenas a título de exemplo, alguns dos resultados mais significativos conhecidos no final do mês de Fevereiro:

— O Governo não conseguiu a **aplicação do tecto salarial**.

No final do mês de Fevereiro eram já conhecidos mais de 30 processos de contratação colectiva concluídos em 1983 em que os aumentos salariais foram superiores, em todos os casos, aos 17%, fixados pelo Governo. A maior parte dos aumentos salariais acordados situou-se entre os 19 e os 25%.

— As greves realizadas nas empresas do sector de Transportes (**CARRIS, METRO e CP**) mostraram não passar de um pretexto para o Governo a invocação do tecto salarial, demonstrando-se perante a opinião pública que a acção do governo visa a agudização dos conflitos em empresas que prestam serviços essenciais, procurando deliberadamente o descontentamento da população.

— Os trabalhadores da **CIFA** levantaram a greve com ocupação, a 3 de Fevereiro tendo-se chegado a um acordo que prevê o pagamento de salários em atraso, no prazo de quarenta e oito horas após ter sido processado o empréstimo concedido pela S. do Estado do Emprego. Os incidentes do dia 27/1, de que resultou a morte de um trabalhador pela GNR, estão a ser investigados pela GNR, tendo a U.S.P. entregue na Procuradoria Geral da República uma queixa formal visando o apuramento das responsabilidades.

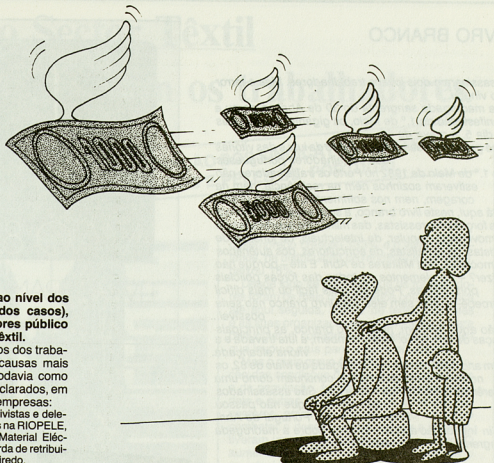
## MÊS DE MARÇO

### Causas dos conflitos

Analisados 23 sectores de trabalho e 163 empresas, conclui-se que as causas mais frequentes de conflito foram ao nível dos sectores, a actualização salarial, ao nível das empresas, o pagamento de salários em atraso, a defesa do emprego, a negociação de CCT's, a aplicação da regulamentação de trabalho e a actualização salarial. Esta última, já mencionada quanto aos sectores, predominou como causa determinante das formas de luta mais agudas que tiveram lugar no período analisado.

Em conflitos declarados, que levaram os trabalhadores a adoptar diversas formas de luta, a **actualização salarial manteve-se**





como causa mais frequente ao nível dos sectores de trabalho (86% dos casos), como destaque para os sectores público (transportes), metalúrgico e têxtil.

A defesa dos direitos colectivos dos trabalhadores, não tendo sido das causas mais frequentes de conflito, surgiu todavia como uma das origens dos conflitos declarados, em 9% dos sectores de 15% das empresas:

- Repressão sobre dirigentes, activistas e delegados sindicais, com despedimentos na RIOPELE, SOTEX (Textéis) e SOTECNICA (Material Eléctrico), bem como suspensão com perda de retribuição na Empresa Transportes Figueiredo.
- Proibição de propaganda ao IV Congresso da CGTP-IN.
- Recusa de descontar quotas sindicais ou sua retenção.
- Violação do direito de reunião.
- Repressão sobre membros de CT's (com processos disciplinares na CORAME e na CIFA).

## Formas de luta

Os conflitos assumiram, essencialmente, as formas de greve, corte de vias de comunicação (Vidreira da Fontela) e Concentração (Vidreira da Fontela, Cive Guerin, etc., etc.) mas ainda outras, como marchas de rua (Covina e Metalúrgica da Longra), Manifestações (Sorefame, Mundet, Vidreira da Fontela) e até, no caso da fábrica Milnorte (encerrada desde Novembro passado), o lançamento no Douro de 5 toneladas de sílico metálico.

Quanto às greves, elas tiveram lugar em 5 sectores (Bolachas e Chocolates, Banca, Cervejas, Comércio Retailista de Lisboa, Transportes de Mercadorias) e trinta e duas empresas, entre as quais nove do sector metalúrgico (28%) e cinco têxteis (16%).

## Resultados obtidos

Em resultado directo das lutas em curso, alguns dos conflitos tiveram solução ao longo do mês de Março, sendo de salientar, em especial, a obtenção de aumentos salariais

superiores a 17%, ou seja, ao «tecto salarial» imposto nomeadamente em seis empresas que acabaram por aumentar os trabalhadores entre 21% e 26%.

Outros resultados a assinalar:  
Atenuou-se o longo conflito da Vidreira da Fontela, contemplada com um subsídio da Secretaria de Estado do Emprego para pagamento dos salários em atraso, enquanto a Banca (BPA) admitia proceder ao saneamento financeiro da empresa. Reabriu a Clínica das Amoreiras, encerrada desde Agosto; a proposta de revisão salarial dos trabalhadores da IN - Casa da Moeda foi aceite; os trabalhadores da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos levantaram uma greve já marcada, mediante garantia de publicação de um Decreto Regulamentar, reestruturando carreiras e serviços; os trabalhadores de escritório da firma Martins e Rebelo, com mais uma greve anunciada, alcançaram as suas reivindicações salariais (situação idêntica, embora mais complexa, se verificaria na Fibra Comercial Lusitana); a patroa dos Supermercados Belar foi condenada em Tribunal por ter agredido um dirigente sindical que exigira a aplicação da regulamentação de trabalho; na Euroaudia e na Olaria de Alcobça, foi reposta parte dos salários em dívida aos trabalhadores que, após 33 e 54 dias de greve, respectivamente, retomaram o trabalho no princípio do mês; foi reintegrado um jornalista despedido do Jornal de Notícias em Dezembro, após um dia de greve na empresa e a greve de fome iniciada pelo referido jornalista. Enfim, em diversas empresas foram pagos salários atrasados e houve acordos em órgãos representativos dos trabalhadores no sentido da liquidação de dívida (na EMATÉXTEL, RAMOS E GOUVEIA, AUTO-DOURO, COMPANHIA PORTUGUESA DE LOUÇA ESMALTADA, etc., etc.).

**LIVRO BRANCO**

*Assassinaram dois jovens trabalhadores. Mas o terror não vingou.*

*Na madrugada sangrenta do 30 de Abril se gerou a manifestação do 1.º de Maio, os gigantescos funerais do dia 5, a greve de 11.*

*E se gerou para sempre um pouco da luta e das vitórias dos trabalhadores portugueses. No 1.º de Maio de 1982 no Porto os trabalhadores não estiveram sozinhos nem na resistência, nem na coragem, nem nos sofrimentos, nem na vitória.*

*Está aqui, neste livro branco, a solidariedade concreta das forças progressistas, das milhentas expressões do movimento popular, de intelectuais, de juristas, de artistas, de jornalistas, de agricultores, dos autênticos democratas, dos Militares de Abril. E até — porque não dizer? — de elementos de todas das forças policiais portuguesas. Pode ser mais fácil ou mais difícil percebê-lo, mas sem eles este livro branco não seria possível...*

*Estão aqui, também, neste livro branco, as principais peças da operação. Estão, também, a luta travada e a vitória alcançada.*

*A um ano de distância da madrugada de Maio de 82, os nossos camaradas mortos continuam como uma referência essencial da nossa luta. São assassinados dum fascismo que não passou.*

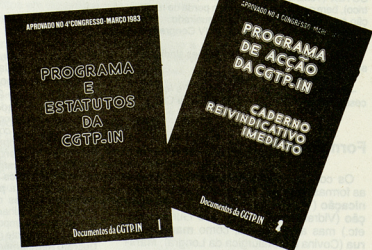
*Estão vivos neste Portugal de Abril. (in Introdução ao Livro Branco sobre a madrugada sangrenta do 1.º de Maio 82 Porto)*



● Preço para o MSU: 100\$00.  
Pedidos a: Edições 1 de Outubro  
Rua Vitor Cordon, 1, 2.º  
1200 LISBOA

**PROGRAMA E ESTATUTOS DA CGTP-IN  
PROGRAMA DE ACÇÃO DA CGTP-IN PARA 3 ANOS  
E CADERNO REIVINDICATIVO IMEDIATO «OS 22 PONTOS DA CGTP-IN»**

Documentos da CGTP-IN aprovados no 4.º Congresso, em Março de 1983. Dois livros fundamentais para o dia a dia da acção sindical. Um instrumento muito importante para as lutas dos trabalhadores. Indispensável!

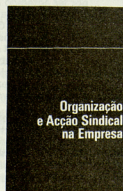


● Preço para o MSU: 60\$00 cada.  
Pedidos a: Edições 1 de Outubro  
Rua Vitor Cordon, 1, 2.º 1200 LISBOA

**ORGANIZAÇÃO E ACÇÃO SINDICAL NA EMPRESA**

**Cadernos de Formação Sindical**

Uma reedição há muito esperada. O ABC da organização sindical na empresa. Indispensável para todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais.



● Preço para o MSU: 20\$00.  
Pedidos a: Edições 1 de Outubro  
Rua Vitor Cordon, 1, 2.º 1200 LISBOA



# A crise no Sector Têxtil só tem solução com os trabalhadores

— ESTUDO ELABORADO PELA FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS TÊXTEIS,  
LANIFICIOS, VESTUÁRIO, COUROS E PELES DE PORTUGAL



## Os resultados da política proseguida desde 1976

Portugal atravessa, no momento actual, uma gravíssima crise económica, financeira e social, cujas consequências negativas se fazem sentir aos mais diversos níveis da vida nacional.

Não sendo consequência do 25 de Abril, cujas transformações visavam pôr termo à distorcida estrutura económica herdada do fascismo, a crise que atravessamos fica a dever-se à política de recuperação capitalista iniciada em 1976, que conheceu um agravamento acentuado a partir e durante a governação «AD».

Comparando a situação actual com a de 1975 verifica-se que, num curto período de 7 anos, a dívida ao estrangeiro aumentou 25 vezes, ao ritmo de crescimento dos preços subiu 35%, os impostos pela população aumentaram 5,7 vezes, tendo a dívida do Estado, mesmo assim, aumentado 6,3 vezes, o

desemprego cresceu 133% e o valor dos salários, na distribuição do rendimento nacional, baixou 18%.

Desde logo se constata que os trabalhadores foram os mais prejudicados com a política até aqui seguida, apesar de terem sido eles e as suas organizações quem mais lutou para denunciar e combater a desastrosa política que levou o país para a beira do abismo.

Mas o mais grave é verificar que a degradação das condições de vida dos trabalhadores e da população, feita através de tectos salariais e outras medidas, que no dizer dos sucessivos governos tinham como objectivo combater o desemprego e reduzir a inflação, tiveram um efeito absolutamente contrário. O aumento do número dos desempregados e os níveis atingidos pela inflação, mais de 23% em 1982, provaram como eram falsos esses argumentos e puseram à luz do dia os objectivos de tal política: uma redistribuição dos rendimentos favorável aos capitalistas, em detrimento das condições de vida da população.

Ficou provado que a resolução da crise que enfrentamos não é incompatível com a melhoria das condições de vida da população, desde que articulada com uma nova redistribuição dos rendimentos, e que o seu agravamento nada resolve.

Só há uma solução para os problemas do País com uma nova política económica definida com os trabalhadores e não contra eles, que se apoie no desenvolvimento planeado da toda a vida económica nacional e no respeito pelo Regime Democrático.

## Alguns dados elucidativos sobre o sector têxtil

É, também, de crise, a situação que o Sector Têxtil atravessa no momento. Marcado pela quebra do mercado interno, resultado do agravamento das condições de vida, imposto pela «AD», por uma forte dependência do estrangeiro em matérias-primas e tecnologia e pela actuação conjunta do grande patronato e das multinacionais, que não investem no Sector e gerem as empresas à custa dos dinheiros da Banca e do Estado, o Sector Têxtil atravessa uma situação dramática que o pode conduzir à destruição em favor dos grandes grupos económicos e das multinacionais.

Alguns dados, recolhidos pelos Sindicatos do Sector e referentes ao ano de 1982, permitem avaliar da gravidade da situação que se nos apresenta.

Assim,

— *somente em seis empresas foram despedidos, recentemente, 700 trabalhadores contratados a prazo;*

— *em duas empresas, 40 trabalhadores foram lançados no desemprego, vítimas de despedimentos colectivos;*

— *cerca de 2000 trabalhadores foram para o desemprego, em consequência da falência recente das 31 empresas onde trabalhavam;*

— *mais de 90 empresas, onde trabalham 16 000 trabalhadores, devem cerca de 520 mil contos de subsídios de férias, 13.º mês, salários e retroactivos;*

— *30 empresas, que empregam cerca de 7600 trabalhadores, enfrentam crescentes dificuldades económicas e financeiras, por má gestão, falta de investimento tecnológico e, também, pela crise geral que os Governos «AD» acentuaram, correndo o risco de, a curto prazo, terem de encerrar as suas portas;*

— *mais de 100 mil trabalhadores foram vítimas de descontos no 13.º mês, mercê da aplicação ilegal do acordo-traição dos divisionistas do Sindex-UGT;*

Desde 1980 até agora, *somente 50 empresas do nosso Sector receberam 800 mil contos da S.E.E., dinheiros públicos cuja aplicação, na generalidade dos casos, não obedece a qualquer controlo, sendo, inclusive, desviados para os mais diversos fins;*

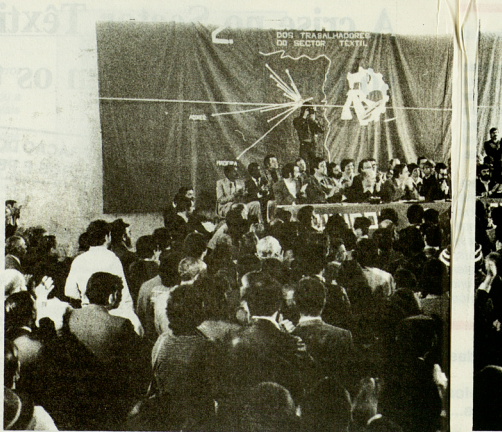
— *resta acrescentar que seria bom que a Banca desse conhecimento dos milhões de contos que tem dado aos patrões do Sector, através dos famosos contratos de viabilização.*

Como se pode verificar, têm sido os trabalhadores os mais sacrificados pela situação de crise do Sector, não obstante terem combatido a política seguida e terem defendido através das suas organizações, soluções concretas para a resolução dos problemas existentes.

### **Responsáveis: o patronato os governos e os divisionistas**

O patronato não hesita em recorrer aos despedimentos em massa, ao encerramento de empresas, ao atraso no pagamento de salários e outras remunerações e aos financiamentos da SEE, ao mesmo tempo que agrava a repressão dentro das empresas e aumenta, para níveis desumanos, as cargas e os ritmos de trabalho recorrendo, inclusivamente, à violência das forças policiais para tentar impor os seus desígnios.

Os sucessivos governos, desde 1976, a par da incapacidade mostrada para pôr de pé uma verdadeira política de reconversão sectorial, integrada numa política séria de recuperação económica, têm-se limitado a ceder aos objectivos do grande patronato e das multinacionais, como provam o estudo enco-



mentado à empresa norte-americana Werner, em 1977, e o recente Projecto de Lei-Quadro de Reestruturação do Sector Têxtil, elaborado pelo Governo «AD» com base nas concissões e nas «receitas» preconizadas por aquela empresa, ao mesmo tempo que demonstra o mais completo desprezo, cremos que propositado, pelas propostas dos trabalhadores e das suas organizações.

A par disto, o divisionismo surge, também, a desempenhar o importante papel no financiamento indirecto do patronato. Criados por iniciativa patronal, apostados na divisão dos trabalhadores como forma de facilitar o agravamento da exploração, os divisionistas da Sindex-UGT, através do seu acordo-traição celebrado pelos patrões em 1981, vieram permitir-lhes encher mais os bolsos e os descontos efectuados sobre o 13.º mês provam-no à evidência. Permitidos pelo citado acordo, embora ilegais face ao nosso contrato e à Lei Geral, os descontos no 13.º mês dificilmente quantificáveis, atingem as largas centenas de milhares de contos para o conjunto dos trabalhadores do Sector Têxtil.

Compõe-se assim, uma pequena radiografia do Sector e dois seus principais problemas, naturalmente incompleta, mas que tem o condão de demonstrar quão falsas e hipócritas são as declarações dos muitos responsáveis governamentais dos últimos tempos, que não se cansam de participar em iniciativas públicas e onde tocam os mais rasgados elogios à capacidade empreendedora da iniciativa privada portuguesa. Será caso para perguntar onde está essa famosa capacidade nos empresários do Sector Têxtil, na sua maioria privados, que estão a gerir





as empresas à custa do dinheiro que deveriam pagar aos trabalhadores, dos empréstimos da banca e da Secretaria de Estado do Emprego.

Tasi declarações visam, por um lado, esconder a dramática situação de largas dezenas de milhares de trabalhadores do nosso Sector, por outro, dar cobertura às iniciativas legislativas que reforcem, ainda mais, o poder patronal.

### O Exemplo da CIFA

O caso da CIFA prova-nos isto mesmo. Embora possuidora de apenas 50 mil contos de capital social, como refere o relatório e contas de 81, esta empresa, desde a sua desintervenção em 1977, viu a sua situação agravada de tal forma que, hoje, o seu passivo é já da ordem do 1 milhão e 500 mil contos. Saliente-se que o passivo rondava os 900 mil contos em 1979, altura em que a CIFA foi entregue aos Mellos praticamente por este valor. Apesar dos apoios de viabilização e outros, na ordem das centenas de milhares de contos, e da Secretaria de Estado do Emprego saque, só em 1980 foi de 74 mil contos, não houve qualquer recuperação da empresa, mas sim o seu agravamento, tal como já foi demonstrado.

Entretanto, os Mellos continuam a fazer exigências, nomeadamente que a Banca transforme em capital social a quase totalidade do seu crédito, 650 mil contos, a mobilização de títulos de indemnização na ordem dos 100 mil contos e, ainda, que a Caixa de Previdência subscreva acções no valor de 250 mil contos, mantendo-se os senhores absolutos na gestão da empresa que é, já quase totalmente, pertença do capital público.

Não obstante isto, os Mellos, com o objectivo de embolsar mais alguns milhares de contos, deixaram de pagar salários e solicitaram à SEE que lhes concedesse um subsídio no valor de 100 mil contos para esse efeito. No entanto, estão a pagar somente o salário mínimo nacional, quando o despacho obriga a que a diferença dos salários auferidos pelos trabalhadores, em relação àquele, seja reposita pela Administração. O valor da produção, esse, continua a encher os bolsos dos Mellos.

Será, no entanto, de salientar que a situação seria muito mais grave, não fora a luta intensa e determinada que os trabalhadores do Sector Têxtil têm prosseguido e que tem evitado, inúmeras vezes, mais despedimentos e o agravamento mais acentuado das suas condições de vida e de trabalho.

### Com os trabalhadores problemas do Sector têm solução

Os trabalhadores do Sector Têxtil, os seus Sindicatos e a Federação têm apresentado

propostas concretas, aos mais diversos níveis, que se tivessem sido levadas em conta, teriam obstado a um tão profundo agravamento da situação do Sector.

Tanto o seu I Encontro de Ofir, em 1975, como os seus II e III Congressos realizados em 1978 e 1981, não se limitaram a dizer não às propostas de reconversão sectorial que lhe são alheias. Eles apontaram linhas fundamentais para a reestruturação do Sector que se mantêm, na generalidade, válidas hoje e passam, desde logo, participação activa dos trabalhadores e das suas organizações em qualquer processo que seja adoptado e pela defesa do emprego como condição essencial a ser tomada em linha de conta.

A par disto é necessário e urgente melhorar as condições de vida dos trabalhadores e das populações, alargando o mercado interno de produtos do Sector Têxtil, dado o baixo consumo «per capita» desses produtos. Aproveitar integralmente os recursos internos, dando importância fundamental à orientação do investimento para a criação de novos empregos. Apoiar as pequenas e médias empresas, nomeadamente através de programas de crédito estimuladores, incentivos fiscais, apoio técnico e comercial. Controlar a actividade das multinacionais reduzindo as possibilidades da manobra, sabotagem e fraude do capital estrangeiro e pondo fim à liberalização do movimento de capitais. Apoiar e alargar o comércio externo, nomeadamente através da procura de novos mercados, para além daqueles para onde tradicionalmente exportamos.

Só medidas só podem ser levadas a cabo com a participação real e efectiva dos trabalhadores e das suas organizações de classe. Qualquer plano de reconversão sectorial que não leve em conta esta condição está, inevitavelmente, condenado ao fracasso. Não se trata de mais um chavão, é a política até aqui seguida e os seus resultados que o provam.

Só há solução para os problemas do Sector Têxtil, como para os do País e os documentos do IV Congresso da C.G.T.P./IN são muito claros nesse ponto, com a participação e o empenhamento dos trabalhadores. E esse empenhamento só se consegue desde que os trabalhadores sintam confiança num governo que fé provas de respeito pelos seus direitos e interesses, pelas suas organizações, em vez de as combater tentando, mesmo, destruí-las.

Só com uma nova política, radicalmente diferente da que foi seguida nos últimos anos, é possível caminhar para resolução dos grandes problemas nacionais. Esta política passa pela formação de um governo democrático, que respeite as grandes transformações do 25 de Abril e o regime democrático consagrado na Constituição.

Os trabalhadores do Sector Têxtil, nestas condições, estão dispostos a participar activamente na definição de uma tal política, na perspectiva de que a sua luta é, e continuará a ser, o factor determinante da resolução dos seus problemas. **A**

**Em torno dos 22 PONTOS da CGTP-IN**

# Os argumentos contra as nacionalizações

Os 22 pontos da CGTP-IN constituem o Caderno Reivindicativo Imediato dos trabalhadores portugueses aprovado no 4.º congresso da central. No fundamental são as reivindicações mais prementes perante as quais, como tem afirmando a CGTP-IN será aferida a política do Governo e a sua capacidade ou disposição de dialogar e resolver os problemas dos trabalhadores e do país.

Procuraremos desenvolver cada um desses pontos, iniciando hoje o relativo à defesa das nacionalizações (ponto n.º 3), com a desmontagem dos argumentos mais utilizados pelo patronato e a direita para as atacarem.

As empresas nacionalizadas têm sofrido nos últimos anos, violentos e contínuos ataques por parte quer das organizações controladas pelo grande patronato (CIP, CCP, etc.), quer dos partidos políticos da direita (PPD, CDS, etc.), quer ainda dos governos formados por estes partidos.

Tentando justificar aqueles ataques, que têm lesado gravemente os interesses não só das empresas mas do próprio país, aquela «Santa Aliança» tem utilizado variados e di-

versos «argumentos», incluindo a própria mentira.

Um dos «argumentos» mais usados, com o objectivo de virar a opinião pública contra as nacionalizações, foi e continua a ser os «elevadíssimos prejuízos» que as empresas nacionalizadas teriam e estariam a dar ao Estado.

Importa desmontar tal «argumento» e todos os que lhe servem de «justificação».

### 3. Defesa das nacionalizações

Cancelamento ou retardamento ou de liquidação dos meios de Administração e imediato devolução das diárias implementadas a nacionalizados, vitais para nomeadamente a marinha naval.

Garantia de que a produção não seja feita por meios de produção não contrários no princípio a nacionalizações. Imediata contratação de trabalhadores, em todas as condições possíveis. Com pleno respeito pelas regras da concorrência e pelas regras incompetentes ou que prejudicam as empresas nacionalizadas e os seus interesses monopolistas.

### Os «prejuízos» das nacionalizações desmentidos pelos números oficiais...

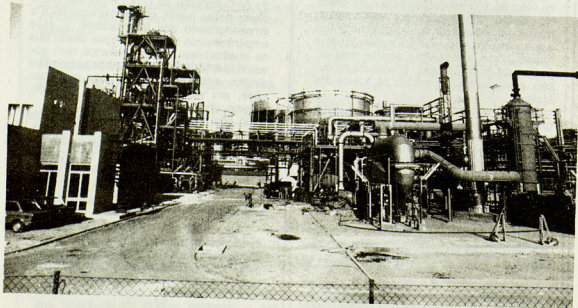
De acordo com estudos feitos e publicados nos últimos anos por serviços oficiais (ex: «Sectorial do Estado, Relatório de Desenvolvimento Económico de 1979, Ministério das Finanças e Plano»; «Caracterização do Sector Industrial do Estado, Fevereiro de 1981, de Estudos de Economia Pública e Social, P. E.», etc.), os resultados líquidos globais do sector nacionalizado evoluíram entre 1979, da seguinte forma:

— 1976: 5,1 milhões de contos de prejuízo;  
— 1977: 1,4 milhões de contos de prejuízo;  
— 1978: 9,7 milhões de contos de prejuízo;  
— 1979: 9,3 milhões de contos de prejuízo.

Portanto, se considerarmos o período compreendido entre 1976 e 1979, vai de 1976 a 1979, e sem entrar em conta com o poder aquisitivo do país, pode-se afirmar que o saldo é positivo: a soma dos lucros foi superior à soma dos prejuízos em cerca de 12,5 milhões de contos.

E a partir daquela data, apesar dos ataques que têm sofrido as empresas deste sector, a situação não se alterou, pois foram transferidos para as empresas nacionalizadas para o Orçamento Geral do Estado, a título de «rendimento» (propriedade), ou seja, de lucros, cerca de 12,5 milhões de contos em 1980; 12,8 milhões de contos em 1981; e estavam previstos 13,5 milhões de contos em 1982, para 1983, segundo o Orçamento do Estado deste ano, é superior a 32,7 milhões de contos.

É evidente que, se o sector nacionalizado tivesse tantos prejuízos ao Estado, o





## Defesa das nacionalizações e do sector público

Cancelamento ou revogação imediata das medidas de desmembramento ou de liquidação de empresas nacionalizadas e de organismos de Administração Pública, com importantes funções sociais, e fim imediato da venda das participações do Estado nas empresas. Imediata implementação de medidas de relançamento dos sectores nacionalizados, vitais para a independência nacional, neste campo, nomeadamente a marinha de comércio, as pescas e a construção civil.

Garantia de que a delimitação dos sectores de propriedade dos quais a produção não será alterada ou regulamentada em termos jurídicos no princípio constitucional da irreversibilidade das nacionalizações. Imediata entrada em funções dos gestores eleitos pelos acionistas, em todas as empresas do sector empresarial do Estado. Pleno respeito pela legalidade democrática, demissão dos gestores incompetentes ou que, pela sua acção procuram destruir as empresas nacionalizadas e entregar as suas partes mais rentáveis aos interesses monopolistas.

### ...os das nacionaliza-

### ...os pelos ...ciais...

Com estudos feitos e publicações oficiais (p.ex.: «Sector Emprego, Relatório de Dezembro», Ministério das Finanças e do Trabalho; «Relatório do Sector Empreendedor», Fevereiro de 1981, Centro de Economia Pública e Social, I. Resultados líquidos globais do sector evoluíram entre 1976 e 1977 de:

- 12,8 milhões de contos de prejuízo;  
- 12,8 milhões de contos de prejuízo;  
- 12,8 milhões de contos de lucros;  
- 12,8 milhões de contos de lucros.

Consideramos o período que decorreu entre 1979, e sem entrar em linha de conta o carácter aquisitivo do escudo, que o saldo é positivo, pois a diferença foi superior à soma dos prejuízos de cerca de 12,5 milhões de contos.

Desde a data, apesar dos violentos ataques sofridos as empresas nacionalizadas não se alterou radicalmente a situação. Os prejuízos sofridos foram transferidos das empresas nacionalizadas para o Orçamento do Estado, a título de «rendimentos de juros», de lucros, cerca de 7,1 milhões de contos em 1980; 12,8 milhões de contos em 1981 e estavam previstos, 14,6 milhões de contos em 1982, para 1983, a título de «rendimentos do Estado» anterior a 32,7 milhões de contos.

Assim, se o sector nacionalizado não tivesse sido entregue ao Estado, como o

grande patronato, e as forças políticas de direita afirmam, seria impossível transferir destas empresas, tantos milhões de contos para o Orçamento do Estado.

A confirmar tal situação, está também o facto de que o grande patronato tem manifestado de uma forma bastante clara, o seu interesse na reprivatização de muitas das empresas deste sector. E naturalmente não o fariam, se elas dessem os «elevadíssimos prejuízos» de que andam sempre a falar (quem já viu patrões interessados em suportar prejuízos?).

### Se dessem prejuízo a culpa era dos governos!

As empresas nacionalizadas não têm autonomia nem para fixarem os preços dos pro-

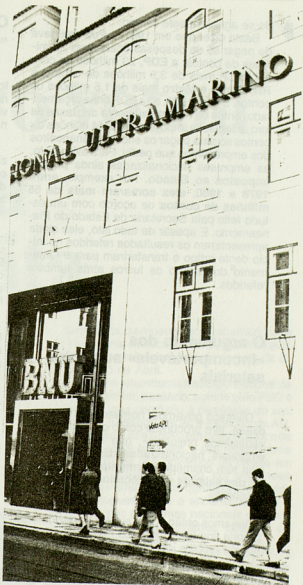
ductos ou serviços que vendem, nem para fazerem investimentos, nem para fixarem salários, nem mesmo para obterem determinado tipo de créditos. Tudo é fixado autoritariamente pelo Governo. Portanto, é evidente que se as empresas nacionalizadas só dessem prejuízos, tal era uma consequência das decisões do próprio Governo.

Vejamos o caso dos encargos financeiros, ou seja, dos juros pagos pelas empresas nacionalizadas.

Como se sabe as taxas de juro cobradas pelos bancos, pelos empréstimos que concedem, são fixadas unilateralmente pelo Governo. Muito recentemente, o Governo demitido de Pinto Balsemão aumentou-as em 4 pontos, apesar de elas já serem elevadíssimas em Portugal.

Como resultado desta e de outras actuações governamentais, entre 1977 e 1980, os juros pagos por todas as empresas públicas passaram de 13,2 milhões de contos para cerca de 51,3 milhões de contos.

E a partir desta data, a situação não parou



de se agravar neste campo.

Basta dizer que em 1981, a **Petrogal** teve de pagar só de despesas financeiras 20 milhões de contos; a **EDP**, 23 milhões de contos; a **CP** mais de 3,9 milhões de contos; a **RN**, **Carris** e **Metro** mais de 1,5 milhões de contos. E para 1983, só a EDP tinha orçamento, antes do recente aumento das taxas de juro, a fabulosa importância de 44 milhões de contos só para pagar os encargos financeiros dos empréstimos que pediu. Para além disto, as empresas nacionalizadas ainda **pagam impostos ao Estado**. Por exemplo, **entre 1978 e 1980, eles somaram mais de 55 milhões de contos de acordo com um estudo feito pela Secretaria de Estado do Planeamento**. E apesar de tudo isto, elas ainda apresentaram os resultados referidos no início deste artigo e transferiram para o Orçamento do Estado os lucros atrás também referidos.

### O argumento dos «incomportáveis» aumentos salariais

Diversos governos, nomeadamente os de direita, têm procurado como causados «elevadíssimos prejuízos», que eles dizem as empresas nacionalizadas dão, aquilo que eles têm chamado «**aumento incompatível dos salários reivindicados pelos trabalhadores**».

Vejamos então como se tem traduzido, na própria linguagem fria dos números oficiais, aquela «subida incompatível dos salários».

De acordo com um estudo oficial feito pelo Departamento Central de Planeamento do Ministério das Finanças e do Plano («Alguns Indicadores de Caracterização das Empresas Públicas»), entre 1977 e 1980, por exemplo, o peso das Despesas com Pessoal no valor acrescentado Bruto do Sector, ou seja, na riqueza criada pelas empresas deste sector, passou de 60,9% para 48,1%, enquanto o peso das despesas financeiras subiu, durante o mesmo período, de 16,5% para 33,9%.

Portanto, em apenas 4 anos, o peso das Despesas com o Pessoal diminuiu em mais de 21%, enquanto o peso dos Encargos Financeiros, constituídos fundamentalmente pelo pagamento de juros, subiu 105%. Consequentemente, é legítimo concluir, com base nos próprios dados oficiais, que uma das causas mais importantes das dificuldades enfrentadas por muitas empresas nacionalizadas, não é o «crescimento incompatível dos salários» como têm afirmado as forças de direita, mas sim o aumento brutal dos encargos financeiros, que é o resultado inevitável da política que tem sido levada a cabo nos últimos anos pelos diversos governos, e que tem arruinado os trabalhadores e o país.

### O argumento da produtividade «inferior»

Outro tipo de ataque lançado contra o sector nacionalizado é que a **produtividade** neste seria muito inferior ao do sector privado, e que os seus trabalhadores pouco ou nada fariam.

Vejamos então se este argumento, utilizado abundantemente pelo grande patronato e pelas forças políticas de direita que defendem os seus interesses, resiste à linguagem fria dos próprios dados oficiais.

Normalmente, em termos técnicos, mede-se a produtividade de uma empresa ou de um sector, através do Valor Acrescentado Bruto por trabalhador, ou seja, da riqueza criada ou acrescentada por essa empresa ou por esse sector a dividir pelo número de trabalhadores que emprega.

De acordo com um estudo realizado pelo Departamento Central de Planeamento, do Ministério das Finanças e do Plano, já referido anteriormente, o Valor Acrescentado Bruto por trabalhador, a preços constantes, no Sector Nacionalizado, que era de 331 contos em 1977 subiu para 424 contos em 1980, ou seja aumentou 28%, enquanto para todo o país, durante o mesmo período (1977/1980) passou de 149 contos, para 162 contos, ou seja, cresceu apenas 8,7%. Portanto, em 1977, a diferença era de 182 contos, e, em 1980, ela subiu para 262 contos.

Assim, são os próprios dados oficiais que mostram claramente que a **produtividade por trabalhador no sector nacionalizado é consideravelmente superior à verificada no sector privado, e que o fosso que as separa, que já era muito grande em 1977, não tem parado de aumentar com o correr dos anos**.

Por exemplo, de acordo com um trabalho apresentado pelo economista Carlos Alcobia do Departamento Central de Planeamento, na Conferência sobre a Economia Portuguesa organizada pelo Instituto Superior de Economia, o Valor Acrescentado Bruto por trabalhador no sector nacionalizado (não inclui as empresas financeiras), a preços constantes de 1978, passou, entre 1980 e 1982, de 520 contos para 607 contos, ou seja, cresceu 16,7%.

Durante o mesmo período, o Produto Interno Bruto, que é calculado com base nos Valores Acrescentados Brutos de todas as empresas do país, incluindo as nacionalizadas (o que favorece as conclusões que se possam tirar deste indicador relativamente ao sector privado) aumentou menos de 6%. Portanto, a produtividade no sector nacionalizado continua a ser consideravelmente superior ao do privado, e o fosso que as separa continua a aumentar a um ritmo significativo.



ELEIÇÕES DE 25 DE ABRIL

# O povo votou contra a direita

A derrota e a desagregação progressivas que as forças de direita sofreram sucessivamente ao longo dos últimos anos deve-se à insubstituível luta dos trabalhadores portugueses, salientou a CGTP-IN, após serem conhecidos os resultados das eleições, fazendo notar que, o sentido do voto popular reafirmou, de maneira inequívoca, o reforço do Portugal democrático e da continuação dos caminhos de Abril.



Sem a luta, o empenho dos trabalhadores e do Movimento Sindical Unitário, não teria sido possível o aprofundamento da derrota da direita em 25 de Abril.

Depois do retumbante fracasso eleitoral de 12 de Dezembro passado, sofrido pelo PSD e pelo CDS, que conduziu à demissão do seu governo e à desagregação e extinção da AD, os trabalhadores e o povo em geral acabam de confirmar, mais uma vez, o seu repúdio pela política ruinosa dos governos de direita em Portugal. Votaram, de novo, por uma nova política, por uma viragem qualitativa na sociedade portuguesa, que a encaminhe para a resolução dos problemas nacionais e para a satisfação das necessidades básicas da maioria da população.

Confirmou-se, assim, o que a CGTP-IN sempre tem afirmado: **Qualquer política que afronte os interesses e os direitos dos trabalhadores afundar-se-á no seu próprio fracasso.**

Perante tais resultados, em termos de política e de governo, impunha-se dar corpo à inequívoca vontade de mudança manifestada pela esmagadora maioria da população portuguesa na opinião da CGTP-IN, como sempre o tem afirmado e foi confirmado pelo seu IV Congresso aberto a todos os sindicatos, uma nova política pela democracia e pela resolução dos problemas nacionais tem de respeitar e fazer aplicar a Constituição da República Portuguesa, tem de reforçar o regime democrático e defender as principais conquistas de Abril: as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo de gestão, os direitos e garantias dos trabalhadores.

Uma nova política e um governo democrático só serão viáveis com os trabalhadores e nunca sem e muito menos contra os trabalhadores e o seu Movimento Sindical Unitário. Os resultados das eleições do 25 de Abril confirmam-no mais uma vez e expressam a inequívoca vontade popular de afastar da área do poder os partidos que integraram a coligação que levou o nosso país à beira da ruína.

## 22 pontos são teste ao novo governo

Os trabalhadores e o país debatem-se neste momento com problemas de extrema gravidade, resultantes da política dos sucessivos governos de direita, os quais exigem medidas frontais e eficazes. No essencial os mais prementes estão resumidos nos 22 pontos da CGTP-IN que constam do Caderno Reivindicativo Imediato aprovado no IV Congresso. São essas as reivindicações que, desde já, porque possíveis, a CGTP-IN se propõe levar por diante, até à sua satisfação, apresentando-as ao próximo governo decorrente das eleições do 25 de Abril. A capacidade de resposta a demonstrar pelos governantes em relação aos 22 pontos da CGTP-IN

servirá de teste para se avaliar da sua disposição em realizar uma viragem política e dar um novo rumo à sociedade portuguesa.

A CGTP-IN reafirma as posições assumidas no seu Programa de Acção para 3 anos, nomeadamente a defesa de um plano de emergência contra o desemprego e a sua disponibilidade para o diálogo e a discussão com as forças sociais, institucionais e partidárias interessadas na resolução efectiva dos problemas com que se debatem os trabalhadores e o país, dentro do pressuposto da irreversibilidade do regime democrático, e do cumprimento da Constituição.

A CGTP-IN, porém, não aceitará que, em nome da crise e a pretexto da necessidade dos chamados «pactos» ou «consensos sociais», se prossiga uma política contra os trabalhadores. **A**

## 1.º de MAIO reafirmou ABRIL

# As forças que estão com

«Neste 1.º de Maio e como resultado da nossa luta, as eleições do 25 de Abril confirmaram a justeza dos objectivos porque lutamos. A direita foi derrotada, já não é governo, perdeu a maioria na Assembleia da República, criaram-se condições para uma alternativa democrática» — salientou Armando Teixeira da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, na intervenção de fundo do 1.º de Maio, durante o comício na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa.

A análise dos resultados eleitorais mereceu o lugar de destaque na abertura da intervenção de A. Teixeira da Silva, que salientou constituir-se as mesmas — uma importante vitória da luta dos trabalhadores e do nosso povo». E acrescentou: «o voto popular, ao confirmar a derrota da direita, deu mais força à nossa luta».

De seguida, aquele dirigente focou as lutas dos trabalhadores portugueses nos últimos três anos e a situação económica do país, cujas passagens, as mais importantes da sua intervenção, transcrevemos a seguir.

«As duas greves gerais, a marcha contra o desemprego, as inúmeras greves e paralisações, as manifestações e outras acções, constituíram a poderosa barreira que impediu a destruição dos direitos dos trabalhadores, as limitações às liberdades, o agravamento da sua exploração, e, em última análise, a subversão do regime democrático-constitucional».

É incontestável que o movimento sindical e as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores foram determinantes para afastar os partidos da direita do poder e criaram condições para uma alternativa democrática.

O sentido do voto do povo português, expresso no dia 25 de Abril, é uma exigência de completa mudança da nossa vida política. O povo português votou na resolução dos problemas do país, na melhoria das suas

condições de vida, no progresso económico e social, no respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos, no cumprimento da Constituição.

### Lutar pela satisfação dos 22 Pontos

A grave situação financeira, económica e social em que os Governos do PSD e do CDS deixaram o nosso país, impõe a necessidade de pôr em prática uma política, de sentido totalmente contrário ao que foi seguido, com vista a viabilizar a recuperação do País.

A política que o País necessita e reclama só poderá ser concretizada, tanto no plano político como no plano social, por aqueles que estão empenhados em defender a democracia e o progresso do nosso povo.

Os trabalhadores e o país debatem-se neste momento com enormes problemas, agravados pela política dos sucessivos governos de direita. São precisas medidas frontais e eficazes. No essencial as questões mais prementes estão resumidas nos 22 Pontos da CGTP-IN que constam do caderno reivindicativo imediato aprovado no 4.º Congresso, os quais porque são possíveis, a CGTP-IN se propõe lutar até sua satisfação. A capacidade de resposta a de-







# Abril são mais fortes

*monstrar pelos governantes em relação aos 22 Pontos do caderno reivindicativo, servirá de teste para se avaliar da sua disposição em realizar uma viragem política e dar um novo rumo à sociedade portuguesa.*

## A luta de massas continuará a ser factor decisivo

Um governo democrático e uma nova política de acordo com a vontade popular expressa nas eleições de 25 de Abril, só é possível congregando todos os que, no respeito pela Constituição, estão determinados a afastar definitivamente a direita do poder.


Não será certamente trazendo de novo para o Governo os que foram derrotados — e são responsáveis pela profunda crise que o país atravessa — que se ganhará confiança e mobilização dos trabalhadores.

Neste 1.º de Maio pode afirmar-se, com toda a confiança, que as forças que estão com Abril, são mais fortes que os seus inimigos.

A vitória que os trabalhadores alcançaram deveu-se ao desenvolvimento e aprofundamento da luta de massas.

É a luta de massas que continuará a ser o factor decisivo para que os trabalhadores defendam os seus direitos e interesses, prossigam os seus objectivos.

Partimos deste 1.º de Maio com a certeza e a confiança de que a concretização dos nossos objectivos só será conseguida se conseguirmos pela mesma firmeza e determinação a poderosa luta que desenvolvemos na defesa da Revolução de Abril.

Partimos deste 1.º de Maio com a certeza de que a nossa luta será capaz de impor a verdadeira alternativa, ou seja a unidade entre os democratas e patriotas para resolver a crise e conseguir o Portugal de Abril. 

## Pactos não conduzem à superação da crise

Fala-se hoje, muito, em pactos e consensos. Declaramos desde já que não aceitamos que a pretexto da crise se insista, em nome de pretensos acordos de salvação nacional, em soluções que se traduziram em novos e pesados sacrifícios para os trabalhadores.

Tal solução não conduziria à superação da crise mas ao seu prolongamento.

Ou seja, não será com mais desemprego, mais inflação, mais falências, que se resolverão os problemas do país, nem será cedendo às exigências dos representantes do grande capital e dos agrários — que exigem a revisão da lei da greve, a liberalização dos despedimentos, a destruição do sector nacionalizado — que se mobilizarão os trabalhadores e que se conseguirá o esforço patriótico que hoje é exigido a todos os que querem prosseguir o Portugal de Abril.

A CGTP-IN não teme o diálogo nem as negociações. Mas também não aceitamos que o diálogo se eternize sem que, entretanto, haja sinais visíveis de uma mudança de política favorável aos trabalhadores.



# Defesa da unidade norteia actividade da CGTP-IN

*«A defesa da unidade dos trabalhadores e do seu movimento sindical constitui um dos seus traços fundamentais que sempre nortearam a actividade da CGTP-IN», afirmou Kalidás Barreto, membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da central, ao intervir no comício do 1.º de Maio em Lisboa.*

Os resultados eleitorais do 25 de Abril foram também objecto de análise de Kalidás Barreto, que salientou que os mesmos «confirmam uma vez mais a inequívoca vontade popular de afastar da área do poder os partidos que integram a coligação que levou o nosso país à beira da ruína». Após ter chamado a atenção para a necessidade de se formar um governo que corresponda aos interesses dos trabalhadores, Kalidás abordou a importante questão da unidade sindical.

## «UGT» não tem conteúdo sindical

*«É oportuno recordar aqui a extraordinária importância do 4.º Congresso da CGTP-IN e o que ele representou no reforço da organização e da unidade dos trabalhadores portugueses.*

*A defesa da unidade dos trabalhadores e do seu movimento sindical constitui um dos traços fundamentais que sempre nortearam a actividade da CGTP-IN.*

*Fruto da natureza de classe dos interesses que prosseguimos, a unidade tem-se reforçado no escrupuloso respeito pela vontade dos trabalhadores e pela democracia sindical, a todos os níveis e em todos os órgãos da estrutura sindical.*

*Poderão alguns perguntar porquê, então, a CGTP-IN não reconhece a «UGT» como organização sindical?*

*Será que se pode reconhecer como representativa dos trabalhadores uma organização que na sua origem foi criada para os*

*dividir, desorganizar e enfraquecer e que na prática sempre se tem colocado ao lado dos governos da direita e do patronato contra os trabalhadores?*

*Será que se pode reconhecer como organização sindical quem, em sintonia com o patronato e o governo, calunia os trabalhadores e as suas lutas, chegando mesmo a dar cobertura à repressão, participando em piquetes anti greve e alinhando na inventiva insurreccional do ministro Ângelo Correia?*

*Sabiam que, segundo o relatório da Procuradoria Geral da República sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto, o Sindex/UGT tinha telefone directo à Polícia? Pela nossa parte não temos dúvidas que a melhor forma de defender os trabalhadores, é não reconhecer a «UGT» como organização sindical, porque tem conteúdo sindical. Não se trata de pretendermos ser os detentores de toda a verdade, mas o que nós defendemos é que, se existem opiniões diferentes — o que é natural e saudável —, os trabalhadores devem estar unidos na base da defesa dos seus interesses de classe, independentemente das suas opções.*

## Vida democrática é a razão fundamental da coesão da CGTP-IN

Pela nossa parte tudo temos feito e continuaremos a fazer para desenvolvermos a unidade na acção com todas as organizações verdadeiramente representativas dos trabalhadores, mesmo que não filiadas na CGTP-IN, desde que se mostrem empenhadas na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores.

O prestígio da CGTP-IN e o apoio dos trabalhadores dão às suas orientações são a melhor prova de que esta é a posição mais justa, correcta e corresponde aos mais profundos anseios dos trabalhadores portugueses.

A vida democrática, a participação permanente e o espírito de classe cimentam a profunda identificação existente no seio da nossa Central entre todos os seus órgãos e os trabalhadores e são a razão fundamental da coesão, coerência e solidariedade que reinam na CGTP-IN.

Por isso a CGTP-IN é a central sindical que representa os trabalhadores portugueses, que tem a sua confiança e que pode falar em seu nome. »





## 1.º DE MAIO 83 PORTO

# Não mataram os ideais pelos quais os nossos companheiros lutaram

*«Dissemos há um ano, quando dos funerais dos trabalhadores assassinados, que a sua morte não seria em vão — tiraram-lhes a vida mas não mataram os ideais porque os nossos companheiros Mário Emílio e Pedro Vieira lutaram», afirmou Carvalho da Silva, membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, no decorrer das comemorações do 1.º de Maio na cidade do Porto. «É no cumprimento destes ideais que hoje aqui estamos», salientou aquele dirigente que acrescentou: «Não esquecemos os nossos mortos, como não esquecemos que existem responsáveis pelos crimes cometidos, que continuam impunes».*

«É necessário recordar os perigos que corríamos há um ano atrás, até para que tenhamos consciência do inquestionável valor do caminho percorrido desde então», frisou Carvalho da Silva, cujas passagens mais significativas da sua intervenção transcrevemos a seguir.

«A instauração dum regime repressivo, o regresso ao 24 de Abril, por formas mais ou menos encapotadas, com pinceladas de democracia, não eram miragem duns quantos, mas a realidade concreta dum plano bem concebido e planificado pelas forças de direita e reacçãoárias. As lutas, as grandes jornadas de luta por nós desenvolvidas no 1.º semestre de 82 e, em particular, o já histórico 1.º de Maio do Porto, despertaram a consciência democrática de centenas de milhares de portugueses, contra os perigos que o regime democrático corria, contra os perigos que representa termos a direita no poder.

### No Portugal de Abril o Fascismo não passará!

«Um ano depois do Maio sangrento de 82, feito um curto balanço, podemos dizer que o Movimento Sindical conseguiu, através da denúncia permanente da repressão assassina, isolar o Governo do PSD/CDS, num processo de crescente degradação da ex-AD até à sua extinção total em Dezembro passado, conseguiu esclarecer a opinião pública sobre as origens dos acontecimentos do Porto, abafando assim a campanha de desinformação e de manipulação dos órgãos de comunicação estatizados, conseguiu, finalmente estar na posse do tão reclamado inquérito oficial aos incidentes do Porto que o Governo sempre e recusou a divulgar na íntegra e que confirma o seu sério comprometimento no assassinato dos dois trabalhadores.

O 1.º de Maio de 1982, no Porto, demonstrou uma vez mais que os direitos, liberdades e conquistas dos povos se defendem exercendo-os o poderoso movimento que se

desenvolveu e uniu, na condenação de tão brutal acontecimento e em todos os sectores da vida democrática portuguesa, demonstra bem que no Portugal de Abril o fascismo não passará!

Dissemos há um ano aquando dos funerais dos trabalhadores assassinados que a sua morte não seria em vão, tiraram-lhes a vida, mas não mataram os ideais porque os nossos companheiros Mário Emílio e Pedro Vieira lutaram.

É no cumprimento destes ideais que hoje aqui estamos e não esquecemos os nossos mortos, como não esquecemos que existem responsáveis pelos crimes cometidos, que continuam impunes.

A um ano de distância da madrugada de Maio de 82 os nossos camaradas mortos continuam como uma referência essencial da nossa luta.

É a luta e sobre a luta que a nossa experiência se constrói e a nossa consciência se fortalece e a nossa unidade se alarga.

Os nossos companheiros assassinados, em Maio de 82, como outros nossos camaradas assassinados na Reforma Agrária ou na luta da CIFA são assassinados dum fascismo que não passou.»

### 1.º Maio 83

#### ACTIVIDADES REALIZADAS

Em todas as capitais de distrito, do continente e ilhas, realizaram-se múltiplas actividades promovidas pelo Movimento Sindical Unitário para comemorar o Dia Internacional do Trabalhador.

Os números dão conta da dimensão dessas iniciativas.

**CULTURAIS — 97**  
**DESPORTIVAS — 95**  
**RECREATIVAS — 104**  
**CONCENTRAÇÕES E MANIFESTAÇÕES — 61**

Sobre a madrugada sangrenta  
do 1.º de Maio 82 no Porto

# O nó da questão

Mais de um ano decorrido sobre o início do caso 1.º de Maio 82 — Porto, não é ainda possível o balanço definitivo, exaustivo. Ainda nos faltam peças do processo, designadamente o conhecimento integral dos autos e dos inquéritos. Isto é, não é ainda possível ajuizar até ao pormenor o papel relativo de diferentes personagens e instituições.

Mas é já seguramente possível — e necessário — recordar agora com objectividade os factos, o encaadamento cronológico dos acontecimentos, as sucessivas intervenções dos personagens até à madrugada sangrenta e depois dela.

Por duas ordens de razão.

Primeiro, porque não podemos esquecer — e não esqueceremos — os nossos mortos, como não esquecermos que existem responsáveis pelos crimes cometidos que continuam impunes.

Segundo, porque é na luta e sobre a luta que a nossa experiência se constrói, a nossa consciência se fortalece e a nossa unidade se alarga.

No início de 1982, quando surgem as primeiras discussões, o caso parece resumir-se a uma simples divergência de opiniões e de critérios entre o Movimento Sindical Unitário e o Governador Civil do Porto. Na aparência é um simples episódio na enorme batalha política e social que se trava no país. A USP/CGTP e a UGT, ambas pretendem comemorar o 1.º de Maio na baixa do Porto. O Governador Civil despacha favoravelmente à UGT. Parece coisa simples.

Hoje surpreende a alta consciência revelada perante a situação criada pela USP/CGTP e pelo conjunto das forças progressistas. Surpreende o rigor da denúncia e a objectividade na caracterização dos perigos. É desde a primeira hora que o Movimento Sindical Unitário alerta para a gravidade potencial do conflito e desmascara o seu conteúdo provocatório e intimidatório.

A verdade é que os trabalhadores e as suas organizações se dão rapidamente conta de que o caso 1.º de Maio 82 — Porto não é um incidente menor, pontual ou meramente local.

As comemorações do 1.º de Maio, em Portugal, enraizam as profundas tradições de luta, *contra o fascismo*. Tornam-se depois, historicamente, um dos símbolos mais significativos do papel de vanguarda da classe operária e dos trabalhadores portugueses no processo democrático.

Logo em 1974, o 1.º de Maio consubstanciou o papel dos trabalhadores, dos democratas e do povo português no derrubamento do fascismo e no aprofundamento das transformações democráticas da sociedade portuguesa. Daí que venha de trás a contestação ao 1.º de Maio por parte das forças reacçãoárias e divisionistas.

Mas, por outro lado, o caso do 1.º de Maio 82 — Porto veio inserir-se no período em que se desenvolve o plano subversivo contra o regime democrático (centrado na Revisão da Constituição) e se reanima a ofensiva global, fascizante, da reacção.

Derrotadas em 7 de Dezembro de 1980 nas eleições presidenciais, as forças reacçãoárias tinham conseguido manter-se como Governo e como maioria na Assembleia da República e tinham conseguido encon-

trar, nas novas condições, os apoios necessários para avançar no plano virado contra o regime democrático e constitucional.

A ofensiva desenvolvia-se em todas as frentes: contra as Nacionalizações e contra a Reforma Agrária, contra o nível de vida e de salário e pela intensificação da exploração, contra as regalias sociais e contra as leis laborais, — designadamente contra a lei da greve, pelo controlo das Forças Armadas e pela desestabilização dos órgãos do poder (Conselho da Revolução, Presidência da República), pela criação ou reforço dos órgãos repressivos e contra a Constituição da República.

A luta responde palmo a palmo à ofensiva reacçãoária. Luta dos trabalhadores, luta do campesinato, luta dos pequenos e médios comerciantes e industriais, luta da juventude, das mulheres, dos reformados. Também luta dos democratas, dos homens e das mulheres progressistas. A frente a heróica classe operária portuguesa. Em 12 de Fevereiro é a primeira greve verdadeiramente nacional dos trabalhadores portugueses.

É neste choque que a cara fascista da reacção vem ao de cima, quase sem máscara.

A manipulação sem escrúpulos da comunicação social, à sabotagem, às empresas nacionalizadas, à repressão patronal, à violência e à ilegalidade na Reforma Agrária, juntam-se, cada vez mais, as actuações brutais das forças policiais, a criação ou adestramento de corpos repressivos especiais (GOE, Polícia de Intervenção), a formação à margem da lei de serviços de informações.

Mas não só. Renascem as concepções fascistas de Estado, renascem as teorias fascistas de autoridade, renascem as ideias fascistas de centralização contra o poder local, renascem as teses fascistas sobre a censura na Imprensa, renascem as práticas fascistas de ministros, de governadores civis, de agentes do poder, renascem as técnicas provocatórias pidescas. É o «antigamente» que vem ao de cima. É o ante-25 de Abril que recupera terreno: homens, concepções, leis, práticas.

É a brutalidade da Polícia de Intervenção no Estádio da Luz ou na Nazaré ou na baixa de Lisboa. São os espancamentos nas esquadras da polícia. São as torturas a presos. São os despachos do Governador Civil recuperando a linguagem e as leis fascistas. São as notas do Ministério da Administração Interna e do Governo nos exactos moldes dos ministros do interior dos governos salazaristas.

Ángelo Correia é o mais escandaloso e inábil, mas não é o único. Os seus discursos e as suas notas já tem no bojo o fascismo: para ele, a luta dos trabalhadores e da população é subversão de Estado, é terrorismo político, é obra de associações de malfeteiros. O MAI torna-se um centro de provocação, de infiltração, agência de apoio ao banditismo em Angola ou em Moçambique ou na Guiné ou na Espanha...

Quem não recorda a prisão do grupo FP-25-A no Parque Eduardo VII, com carriña, armas, manifestos — tudo já prontinho a demonstrar que o MAI tem razão? Quem não recorda a insurreição dos pregos? Quem não recorda a tentativa de manter vigiados dirigentes políticos a pretexto de segurança? Quem não recorda as





actuações sempre «oportunas» das FP-25-A, sempre a dar a mão aos inimigos dos trabalhadores?

É neste quadro preocupante que se inicia o caso do 1.º de Maio-82 no Porto.

O mérito primeiro do Movimento Sindical Unitário foi a firmeza e a coragem com que assumiu a batalha tal e qual como ela era, recusando a cumplicidade, recusando o oportunismo fácil ou cómodo, enfrentando a intimidação fascista com clara consciência dos perigos, mas com elevada confiança nos trabalhadores, no povo, na luta.

O Movimento Sindical Unitário bate-se, pelos direitos históricos do 1.º de Maio, contra todas as tentativas de reduzir a questão ao simples formalismo de quem pediu primeiro. No 1.º de Maio a «Baixa» é e será sempre dos trabalhadores! Foi-o durante o fascismo, apesar da Pide e do terror. Foi-o em 74, nos alvares da democracia. Sê-lo-á sempre por direito histórico gerado por uma luta que em 82, se voltou a cimentar no sangue». (1)

Não era uma batalha fácil. Nem todos a compreenderam logo. A pressão ideológica não foi pequena, não é pequena. Veja-se como este ano se voltou a repetir. E repare-se como esta luta é importante para os reaccionários e os seus agentes de divisão e provocação: é a luta em torno das comemorações de Catarina Eufémia, como é a luta em torno da homenagem aos mártires do 18 de Janeiro...

Os agentes da provocação e da reacção procuram sempre disfarçar-se com as tradições heróicas dos povos. São bandeiras com que disfarçam a traição: seja Camões ou o 1.º de Dezembro, sejam os Descobrimentos ou a República, ou o 1.º de Maio — a técnica é a mesma!

(1) O formalismo cria a possibilidade legal de a «Baixa» ser entregue à CIP para comemorar o 1.º de Maio, se a CIP comunicar em devido tempo, etc., etc., ou a Américo Tomaz para comemorar o 25 de Abril. Bastaria que o requeresse no prazo e nas condições formais exigidas pelas leis.

Aqui se veio misturar outra frente de batalha: a questão da legalidade. E é ainda o Movimento Sindical Unitário quem assume corajosamente a luta pelos valores mais elevados da legalidade democrática e constitucional.

A reacção (Governador Civil, Rocha Pinto; Ministério da Administração Interna; Governo) procura impor o critério fascista: «legal é o que a 'autoridade' despacha». É a velha técnica salazarista de rever a Constituição através de decretos e rever os decretos através de despachos e os despachos através das ordens. Com uma simples pueria, o governo e os seus agentes tornavam-se donos da Constituição e donos das liberdades duramente conquistadas. Através de um truque, a liberdade de reunião ou de manifestação passava, como o fascismo, a depender da autorização, tornava-se não um direito, mas uma concessão dos órgãos do poder. A Constituição, as leis vigentes, tornavam-se, na prática, naquilo que o Governador Civil entendesse e quisesse.

Fascista retinto, homem sem escrúpulos nem dignidade, activo conspirador contra o regime democrático e constitucional, Rocha Pinto não teve dificuldade em assumir o sujo papel: emitiu um monstruoso despacho normativo, inventando sucessivamente critérios, impondo interpretação, revogando a Constituição e a lei. O secretário dele (Januário Nunes) era e é peixe na água nas normas e nas regras salazaristas, porque as conhece de cor: exerce o lugar de secretário dos governadores civis desde muito antes do 25 de Abril. Mantém a eficiência servil e mantém a mentalidade de sempre. Basta-lhe redigir os despachos como os redigia no «antigamente».

Usa a mesma linguagem, invoca as mesmas leis, desconhece a Constituição, despreza o 25 de Abril. Sente-se na velha casa: nos métodos, na linguagem, no estilo, na arbitrariedade, na prepotência.

Ângelo Correia, Rocha Pinto, Januário Nunes fazem um bom trio. Entendem-se bem. Usam a mesma lin-

(continua pág. 46)

# RESOLUÇÃO Sem os trabalhadores não há solução para os problemas nacionais

Os trabalhadores e a população dos distritos de Lisboa e Setúbal reunidos na grandiosa manifestação do 1.º de Maio de 1983, consideram:

Que o resultado das eleições de 25 de Abril confirmou a derrota dos partidos reaccionários que compunham a AD o PPD e o CDS, e que a sua derrota é também a confirmação de que a política de recuperação capitalista, monopolista, latifundiária e imperialista não serve a Portugal nem aos portugueses.

Os trabalhadores têm sobejas razões para considerarem, que valeu e vale a pena lutar, mesmo quando os objectivos da luta parecem longínquos e difíceis de alcançar, a fidelidade aos princípios de classe foram e são a justa orientação de que hoje se podem orgulhar os trabalhadores portugueses e a sua Central Sindical, a CGTP/IN.

As vitórias que na luta firme e persistente alcançámos tiveram tradução nos resultados eleitorais; a desagregação e a derrota dos partidos da AD (PPD/CDS), só foi possível, porque os trabalhadores lutaram e lutando impediram a concretização do plano de destruição do regime democrático que as forças reaccionárias tinham.

Nas eleições os partidos reaccionários e a política por eles desenvolvida no governo sofreram estrondosa derrota, os trabalhadores, os democratas tiraram como conclusão dos resultados eleitorais de que é necessária uma nova política e um novo governo para o País e que para tal é condição fundamental o afastamento do PPD/CDS do Governo.

Os trabalhadores e a população dos distritos de Lisboa e Setúbal consideram que para ter uma política democrática o novo governo deve satisfazer as reivindicações mais urgentes dos trabalhadores e do povo.

\* Repor a legalidade democrática em todas as situações onde ela foi posta em causa pelo governo do PPD/CDS, nomeadamente na zona da Reforma Agrária, nas empresas nacionalizadas, na entrada em funções de gestores eleitos pelos trabalhadores, nas empresas com salários em atraso, na ANOP, na reintegração dos activistas sindicais ilegalmente despedidos, no encerramento fraudulento das empresas, etc., etc.

Os trabalhadores consideram indispensável a resposta positiva ao caderno reivindicativo aprovado no IV Congresso da CGTP/IN dos quais destacamos:

— Respeitar o defender o regime democrático consagrado na Constituição

— Melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do povo

— Contribuir para a resolução da crise

— Defender a Paz

Da resposta aos 22 pontos da CGTP/Intersindical Nacional, os trabalhadores avaliarão da natureza da política do futuro governo e precisarão melhor as suas posições.

Sem os trabalhadores não há solução para os problemas nacionais, a experiência dos últimos anos demonstrou que não basta ter maioria na Assembleia da República para governar; aqueles que persistirem na política de recuperação capitalista e de afrontamento aos trabalhadores e às suas organizações de classe terão o destino que teve a defunta AD.

A gravidade da situação e dos problemas nacionais exige resolução com os trabalhadores, pelo diálogo, pela negociação, mas desde já reafirmamos que não será com «pacto social», com o agravamento das condições de vida dos portugueses que se solucionam os problemas.

\* Respostas positivas às nossas reivindicações, governo democrático e política democrática com os trabalhadores, com Abril são as condições do nosso empenhamento.

Os trabalhadores e a população reclamam das forças democráticas acções que sejam consonantes com o sentido do voto popular, os trabalhadores e o povo português exigem um governo democrático e uma política democrática que só será possível sem os partidos da AD (PPD/CDS) no governo.

A condenação que o povo português, nas urnas, votou à

política de recuperação capitalista, o sentido de voto, não pode ser utilizado para recuperar os partidos da reacção o PPD/CDS para o governo e para readitar a mesma política.

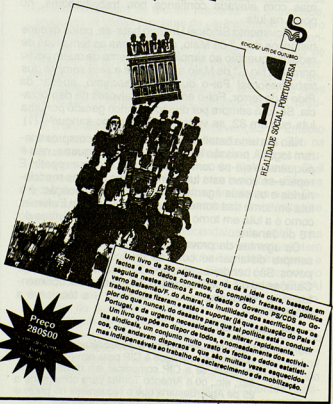
A gravidade da situação e a urgência da resolução dos problemas nacionais exige que as forças democráticas façam coincidir as suas acções políticas com a defesa dos interesses de classe que dizem defender e representar.

O Movimento Sindical Unitário, a CGTP/IN, os trabalhadores e a população dos distritos de Lisboa e Setúbal, reunidos nesta grandiosa jornada do 1.º de Maio de 1983 reafirmam a sua disposição e empenhamento para desenvolver todas as acções que se mostrem necessárias para contribuir para uma solução democrática de política e de governo, com Abril e os trabalhadores.

Neste 1.º de Maio, os trabalhadores estão confiantes no futuro, as vitórias alcançadas nos últimos anos reforçaram a nossa unidade, melhoraram a nossa organização, aumentaram a nossa capacidade de luta, as lições do passado indicam estamos certos no caminho que temos seguido e que na nova situação criada com os resultados eleitorais temos melhores condições para fazer valer as nossas reivindicações.

- VIVA O 1.º DE MAIO!
- VIVA A CGTP/IN!
- GOVERNO NOVO COM ABRIL PELO POVO!

**O FRACASSO DOS GOVERNOS DE DIREITA EM PORTUGAL**  
EUGENIO ROSA



Um livro de 250 páginas, que nos dá a ideia clara, baseada em factos e em dados concretos, do complexo fracasso da política de recuperação nacional, do seu carácter reaccionário e da sua natureza antidemocrática. O autor, Eugénio Rosa, analisa a situação política e social de Portugal, e dá um contributo para a compreensão da situação actual e para a definição da política a adoptar de hoje em diante. O livro contém um conjunto de dados e informações que são muito úteis e interessantes para quem se dedica ao estudo do sector económico e da mobilização.



# Como (sobre)vivem os REFORMADOS...

A Coordenadora Nacional do MURPI realizou um inquérito profundo às condições econômicas, sanitárias, habitacionais e sociais em que vivem os idosos, os inválidos e as viúvas beneficiárias de pensões de previdência social, a que responderam mais de 3000 pessoas e cujos resultados são úteis pelas informações que fornecem.

As conclusões deste inquérito-sondagem são extremamente elucidativas sobre as reais condições de vida da maioria dos 1 milhão e 700 mil pensionistas deste país...

## Condições econômicas

É muito sintomático que 96,9% das respostas reflitam dificuldades econômicas.

Porém, isto não admira se considerarmos o gravoso agravamento do custo de vida, que o escudo é uma moeda em permanente perda de valor e, por outro lado, se tivermos em conta que cerca de 850 mil reformados dos regimes rural e social recebem pensões de 3 300\$ e 3 400\$ e que mais de 700 mil reformados do regime geral (isto é mais de 80% do total deste regime) recebem pensões de montantes muito inferiores a 6 000\$.

Se considerarmos ainda que 43,9% dos pensionistas têm mulher a cargo e 11,9% têm filhos, com a agravante destes serem pensionistas de invalidez, cujas pensões são mais baixas, teremos as justificações de tanta dificuldade.

Apenas 8,8% referem alguma ajuda, sobretudo de filhos, o que não é para admirar, tanto pelas dificuldades gerais, como pela dispersão das famílias em consequência da própria vida.

As rendas de casa variam, de acordo com o meio urbano e rural e o tipo de habitação entre 100\$ para habitações que são autênticos lugarejos e 500\$, com forte incidência entre 500\$ e 2 500\$.

Um gravíssimo contributo para as dificuldades económicas são os pesados encargos com os cuidados médicos, essenciais à vida de grande maioria dos idosos que necessitam de manutenção permanente, encargos que se elevam, em média, acima dos 1 000\$ mensais, com extremos que ultrapassam os 3 000\$ e mínimos de 300\$ e 500\$.

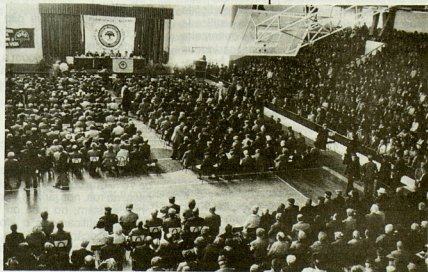
Esta média é gravíssima, porque, na maioria dos casos, são os dois cônjuges a terem necessidade de cuidados médicos e medicamentosos permanentes para não sucumbirem.

Esta informação confirma a queixa dos reformados que têm de optar entre a compra de medicamentos de que carecem para subsistir e a compra de alimentos necessários para sobreviver.

São referidas várias dificuldades para receber pensões, com destaque para bichas, atrasos, longas distâncias que, nas zonas rurais, obrigam pesados custos de transportes, nalguns casos mais de 100\$ por viagem (isto é mais de 6% do montante da pensão). Situação que muitas vezes é agravada pela neces-

sidade de novas viagens porque a estação dos correios não tem numerário suficiente para pagar as pensões. Isto é gravíssimo e revela falta de respeito pelos utentes, sem que as entidades competentes estudem uma solução.

É muito baixa a percentagem de pensões de viúvas (3,9%), sendo irrisória a percentagem de viúvas, beneficiárias de pensão de velhice e de invalidez por direito próprio, a beneficiarem, também, de pensão de viúva. Julga-se que seja por desconhecimento do direito à acumulação da pensão de velhice ou invalidez com a pensão de viúva.



## Condições sanitárias

A saúde dos reformados é muito precária, pois 62,8% classificam-na de má e 36,4% de regular, sendo raras as exceções de boa.

É ligeiramente melhor o estado de saúde dos cônjuges, dos quais 41,5% a consideram má e 25,8% de regular.

68,4% dos pensionistas e 45,3% dos cônjuges e familiares a cargo referem necessidade permanente de cuidados médicos.

As condições de prestação dos cuidados médicos são graves, pois 53,8% dos questionários referem falta de assistência médica necessária, dos quais 38,5% referem falta de médicos e 15,4% falta de dinheiro para se fazerem assistir.

A carência de assistência médica é geral, mas bastante maior nos meios rurais, que vêm com grande preocupação as consequências da extinção do serviço médico à periferia.

É focada com grande insistência a carência desde assistência médica domiciliária, tanto nos meios urbanos e rurais, porque os médicos se recusam a ir ao domicílio e os dos serviços médico-sociais quando aparecem já o doente está curado ou morreu.

Em 21 de Maio o MURPI realizou a sua 3.ª Conferência Nacional, prosseguindo na sua luta pela unidade, defesa dos interesses e conquista dos direitos a que os reformados têm direito

A grande percentagem de reformados queixam-se de que não há médico nas localidades da sua residência, ou que estes faltam no dia regular da consulta, o que os obriga a percorrer longas distâncias, servindo-se de transportes cujo custo é elevadíssimo e em muitos casos não existem. Isto aumenta ainda mais os custos dos cuidados médicos e farmacêuticos.

É geral a queixa das longas demoras para uma consulta de clínica geral, mais grave ainda nos casos de especialidades, dos serviços médico-sociais. Esta situação é gravíssima e revela o abandono a que foi votada a saúde em Portugal, da parte dos médicos, de dirigentes, de governantes e deputados, que têm a sua assistência garantida e se marimbam para a saúde dos outros. A situação nega as declarações dos governantes de que há médicos suficientes. Suficientes para eles, mas pouquíssimos para a comunidade em geral.

É de 18,3% a percentagem de pensionistas que se encontram retidos no lar — acamados ou inválidos — e dos que têm necessidade de companhia para saírem de casa, por falta daquela.

11,4% dos inquiridos referem necessidade de ajuda permanente de terceira pessoa. Destas apenas 1,2% diz beneficiar de subsídio de grande inválido. É possível que, nalguns casos, não se verifiquem as condições para o direito do subsídio, isto é de justificada necessidade de ajuda permanente de terceira pessoa para a realização das necessidades vitais. Porém, seria preocupante que houvesse algum caso de injustiça ou de desconhecimento do direito ao subsídio de grande inválido.

31% dos pensionistas referem que não medem a tensão arterial, justificando que a medição é cara, não haver onde medir, não haver aparelho e o que pode ser grave o médico não medir a tensão quando da consulta periódica.

Para minorar esta situação, muitas organizações de reformados, conscientes da conveniência das pessoas idosas medirem regularmente a tensão arterial, compraram um aparelho ou conseguiram o fornecimento pela junta de freguesia, e mandaram pessoas de boa vontade aprender a fazer a medição. Assim, estão a satisfazer esta necessidade, como nalguns casos, têm pessoas habilitadas para darem injeções. Desta forma se protegem os interesses das comunidades e se afirma o interesse social das organizações.

É de 69% a percentagem dos reformados que vão com regularidade a uma consulta médica de prevenção e 49% referem fazer dieta mais ou menos rigorosa de acordo com as suas necessidades e possibilidades económicas.

### Condições habitacionais

O inquérito às condições habitacionais fornece dados de muito interesse e refere situações graves.

Já referimos os gastos com as rendas de

casa, que são elevados, sendo uma grande preocupação dos idosos a possibilidade de um governo, sem sentido social, aumentar aquelas.

19,4% dos pensionistas vivem sós, com destaque para as mulheres, o que é uma fonte de angústia.

50,4% vivem em casas abarracadas, 15% em barracas degradadas e sem condições e 3,8% em quartos e sótãos.

Existem muitos casos gravíssimos de acumulação de pessoas, sem condições, como casas de 5 divisões para 14 pessoas, 3 divisões para 11 pessoas, etc.

62,6% dos inquiridos referem habitações regulares e 22,8% habitações degradadas no seu todo e muitas com condições sub-humanas.

Cerca de 12% das habitações não têm electricidade instalada, 34% não têm esgoto de qualquer tipo e mais de 50% não têm casa de banho mesmo rudimentar, nem água.

O pavimento de 52% das habitações é de cimento e 5,2% de terra batida.

Deste conjunto de situações resulta que 58% das habitações não oferecem qualquer conforto.

As pessoas referem falta de condições sanitárias, chuva dentro de casa, frio, humidade, promiscuidade, degradação, acessos difíceis, falta de tudo humana e justamente necessário.

A pergunta, porque não muda de casa, respondem: por falta de habitação e incapacidade económica para fazer face às rendas, por isso muitos vivem com a preocupação de um possível abate da sua casa em ruínas e a ameaça de falta de um abrigo.

### Condições sociais

A situação no campo social não é menos preocupante.

Os reformados referem uma percentagem de 70% que convive com outras pessoas em casa, na rua, nos jardins e nos centros de dia onde existem, no café ou na taberna. Isto parece justificar que o idoso se isola por marginalização que o força a isso.

É infima a taxa de reformados que referem o exercício de uma actividade profissional.

Enquanto 67,9% dos reformados vêem televisão apenas 2,8% assistem com regularidade a espectáculos de teatro, cinema ou de outro género, em consequência de incapacidade financeira e não realização de espectáculos na sua região.

52% dos reformados dizem ser analfabetos e dos alfabetizados e semialfabetizados como será a situação presente da maioria, cerca de 20% não têm por falta de dinheiro.

É irrisória a prática de qualquer actividade cultural ou recreativa, apenas 1,3% refere, como ocupação do tempo, a prática de música, canto, teatro, poesia, palavras cruzadas, xadrez, damas ou outras formas não referenciadas.

A situação no que respeita à prática de exercício físico, a percentagem é de 2,9%, distribuída por marcha, ginástica, bicicleta,



# Posição do Movimento Sindical na Sociedade e Principios do MSU

Se observarmos o Movimento Sindical Internacional percebemos facilmente que há organizações sindicais que tomam diferentes posições na sociedade em que estão inseridas.

## Organizações sindicais

### De classe

*Denunciam e combatem os monopólios, o imperialismo e a exploração capitalista, sem deixarem de exercer o seu papel reivindicativo económico.*

*Rejeitam os pactos com os governos capitalistas para a contenção dos aumentos salariais.*

*Exigem medidas que eliminem a origem do problema do desemprego.*

*Os seus associados participam directa e activamente na acção sindical e nos órgãos das suas associações.*

*Defendem e, efectivamente, praticam a independência sindical.*

*Defendem e desenvolvem a cooperação, solidariedade e unidade entre todos os trabalhadores para a defesa dos seus interesses comuns.*

### Reformistas

*Limitam-se a reivindicar a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, sendo dominadas por dirigentes perfeitamente integrados e, até, interessados em defender o sistema de exploração capitalista (como é o caso de AFL-CIO-americana-que tomou posições a favor da escalada da guerra contra o Vietnam e apoia a política imperialista dos governos norte-americanos).*

*Aceitam e apoiam limitações de aumentos salariais.*

*Limitam-se a reivindicar subsídios para os desempregados, sem combater as razões do desemprego.*

*Os seus estatutos e funcionamento limitam, condicionam ou, impedem a participação directa dos associados na vida sindical e nos órgãos dos seus sindicatos.*

*São financiadas ou orientadas por instituições ou entidades estranhas aos interesses dos trabalhadores.*

*Apoiam, financiam e desenvolvem actividades divisionistas entre os trabalhadores dos seus países e no Movimento Sindical Internacional.*

Poderemos dizer que, na sociedade capitalista, as **associações sindicais se caracterizam pelas posições fundamentais que assumem face ao sistema de exploração em que vivem os trabalhadores:**

— **umas rejeitam, denunciam e lutam contra o sistema de exploração capitalista defendendo os interesses fundamentais da classe trabalhadora.**

— **outras aceitam e defendem ou conciliam com o sistema de exploração capitalista traíndo os interesses fundamentais da classe trabalhadora.**

## Principios de organização e acção do Mov. Sindical Unitário

### Unidade

A unidade é condição essencial para a completa emancipação dos trabalhadores. A unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical é a melhor e mais firme garantia para atingirmos os objectivos de luta.

Os interesses comuns de classe são a base em que se alicerça a construção da unidade dos trabalhadores. A discussão franca e aberta por estes dos seus problemas tem sido a prática que melhor garante a mais ampla participação dos trabalhadores na vida sindical e na luta por objectivos concretos.

O Movimento Sindical Unitário, com a sua dinâmica, com a força que lhe confere o facto de ser movimento unitário de massas com carácter de classe, está intimamente ligado a todas as grandes conquistas do 25 de Abril.

**A divisão sindical visa limitar e anular estas conquistas, atenta gravemente contra os interesses dos trabalhadores e faz perigar a democracia no nosso país.**

A prática do Movimento Sindical Unitário, quer a nível interno, quer na actividade internacional, tem sido de fomentar a cooperação, o entendimento e a unidade na acção, para a defesa dos comuns interesses de classe de todos os trabalhadores.

### Democracia

Os trabalhadores têm consciência, e demonstram-nos que a unidade se defende, consolida e alarga pela prática democrática e **que quanto maior for o respeito e cumprimento da democracia sindical tanto mais profunda e sólida é a unidade.**

A democracia sindical não se traduz em mera consulta esporádica aos trabalhadores mas exprime-se no reconhecimento do direito de participação activa de todos os trabalhadores na vida sindical, no reconhecimento de que a participação activa é, também, um dever de todos os trabalhadores, na igualdade de direitos e deveres de todos os associados, no direito de eleger e destituir os órgãos dirigentes da associação sindical, no direito de ser eleito para o órgão da associação, no direito de criticar livremente a acção da associação sindical e dos seus órgãos, no direito de cada associado expressar livremente todos os seus pontos de vista no seio do Movimento Sindical, no direito de apresentar sugestões, moções ou propostas que se entender convenientes e de

as ver tratadas em plano de igualdade com todas as demais, no direito reconhecido aos associados de requerer reuniões extraordinárias do órgão deliberativo máximo da associação sindical, na aceitação pela minoria das decisões tomadas pela maioria.

O carácter democrático do Movimento Sindical é uma consequência da sua actividade de massas e da prática efectiva da liberdade de expressão e de discussão. Esta prática permite encontrar plataformas de acordo, tomada de posição ou formas de acção que resultem do próprio desenvolvimento da discussão, pelo que, partindo-se de posições iniciais diversas, chega-se muitas vezes ao consenso e à unidade.

## Independência

No âmbito da actividade sindical os trabalhadores tomam as suas decisões com total autonomia face ao patronato, estado, confissões religiosas, partidos políticos, ou quaisquer agrupamentos de natureza não sindical. O combate firme a todas as tentativas de ingerência na actividade e estruturação sindicais é uma necessidade imperiosa face às investidas efectuadas e tem sido uma constante da luta do Movimento Sindical.

A total independência na regulamentação da vida interna das associações sindicais, apesar de garantida na Constituição e na Convenção n.º 87 da OIT, tem sido alvo de cerrados ataques pelas forças empenhadas na cisão sindical. Estas pretendem impor do exterior normas e regulamentos que os trabalhadores livremente repudiam.

**A Lei Sindical deve consagrar e garantir o princípio**

de independência do Movimento Sindical, tal como foi apontado na Declaração de Princípios aprovada no Congresso de Todos os Sindicatos.

## Movimento Sindical de Massas e de Classe

A liberdade de sindicalização e a liberdade de desvinculação, sem quaisquer limitações excepto as decorrentes do âmbito objectivo e subjectivo de cada associação sindical e a expressa exclusão de quaisquer limitações ou entraves resultantes das concepções político-filosóficas ou crenças religiosas dos trabalhadores, constituem características essenciais do Movimento Sindical Unitário, assegurando o seu carácter de massas, pois assenta toda a sua acção, tática e estratégica, em princípios democráticos que garantem a participação activa dos trabalhadores na definição dos objectivos e formas de luta.

O reconhecimento da solidariedade de interesses existentes entre os trabalhadores de todo o mundo e do papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade, a defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, a promoção do nível de consciência sindical dos trabalhadores e da sua participação em todas as tarefas e níveis de organização sindical e a recusa de qualquer tentativa de subordinação dos interesses de classe trabalhadora a interesses que lhe são estranhos, são factores que asseguram o carácter de classe do Movimento Sindical Unitário Português. **A**

## Como (sobre) vivem os reformados...

continuação pág. 36

futebol, pesca desportiva e formas não referenciadas.

Se nas zonas rurais, é praticamente nula a marginalização, pois as populações entretidas, não se encontram em situação de marginalização, a indiferença e a marginalização são quase absolutas, as pessoas desconhecem-se.

Também, nas zonas rurais é diminuta a percentagem das pessoas idosas que têm receio de sair à rua por falta de respeito e de segurança das pessoas, porém é muito forte nas zonas urbanas e, muito em especial, nas cidades. A taxa global, zonas urbanas e rurais incluídas, é de 27%, o que é uma grave acusação que exige grandes cuidados das autoridades, inclusive autarquias, pois é indecoroso que as pessoas sejam forçadas a viver recolhidas por falta de segurança de qualquer espécie.

Também a percentagem de pessoas que recebem o trânsito é elevadíssima, pois atinge 47%. As causas referenciadas é a falta de respeito, a falta de cumprimento das regras de trânsito e dificuldades exageradas, causadas de âmbito policial nas sociedades onde o direito das pessoas são protegidas, onde a moral e a dignidade não são palavras vãs. Algumas pessoas referem, como agravantes, dificuldades visuais e de locomoção.

No que se refere a formas de ocupação do tempo é manifesta a falta de centros de dia ou de convívio, bem como de carências de ordem pessoal, como a falta de hábito resultante do que foi uma vida de trabalho sem distrações nem passatempos.

Apenas 5,6% dos reformados ocupa o

tempo com leitura; 9,4% faz os seus passeios higiénicos, na aldeia e quando muito vai à vila; 16,7%, sobretudo mulheres, ocupa o tempo na lida de casa; 6,3% em trabalhos de costura e a fazer renda, malha, bordados e meia; 5,7% entretêm-se no quintal, na horta, a jardinar ou à pesca; 1,3% faz biscates, trabalhos manuais, guarda gado, vende jogo, anda ao papel ou pede esmola; 2,6% passa o tempo à porta, à janela, sentado no banco, na cadeira e à esquina; 0,3% joga as cartas, o dominó ou a malha; 0,7% convive na taberna; 6,4% passa o tempo no banco do jardim; 5,5% vai para o centro de convívio dos reformados, percentagem que se encontra muito reduzida, por ser geral, e não haver centros de convívio na maioria das localidades.

Outras formas de ocupação do tempo, com taxas pouco significativas, são: trabalhos benévols, cuidar dos netos, tomar conta de crianças em jardins infantis, ensinar, tocar música, etc.

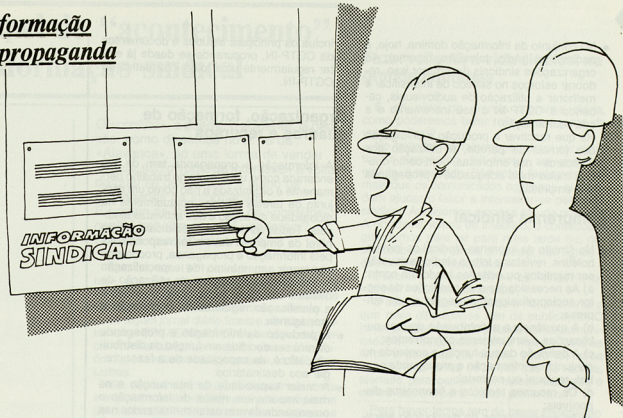
A panorâmica é pouco animadora, revela o abandono a que estão votados os reformados e exige uma acção objectiva e bem orientada da parte das autarquias, no âmbito das suas obrigações para com a comunidade.

Há que interessar os reformados na prática de ocupações que gostem ou estejam relacionadas com os seus conhecimentos, as suas habilidades ou as suas actividades profissionais.

Os idosos têm conhecimentos, da mais variada ordem, que devem ser aproveitados. Alguém disse que: quando morre uma pessoa idosa desaparece uma biblioteca. **A**



**Informação  
e propaganda**



**Linhas  
programáticas  
para 3 anos  
aprovadas  
no 4º  
Congresso**

**Uma política global**

- Há que levar à prática, antes de mais, quer no plano nacional, regional, sectorial, quer para toda e qualquer iniciativa sindical de informação, propaganda ou agitação uma política de informação e propaganda que responda às seguintes questões:
    - a) Objectivos gerais e estratégicos da informação e propaganda;
    - b) Objectivos a curto prazo ou imediatos;
    - c) Destinatários da informação e propaganda (trabalhadores em geral, trabalhadores sindicalizados, quadros e activistas sindicais, opinião pública, população, órgão do poder);
    - d) Meios de informação e propaganda mais adequados ao objectivo que se pretende atingir (escritos, gráfico-visuais, audiovisuais, orais, etc.);
    - e) Conteúdo, estilo e imagens da informação e propaganda;
    - f) Estruturação e organização do trabalho e recursos técnicos da informação e propaganda.
- Os objectivos gerais e estratégicos da in-

Num contexto político em que a maioria dos órgãos de informação é dominada pelas forças de direita, há que aperfeiçoar e alargar as formas de intervenção do movimento sindical junto da comunicação social e reforçar a frente da informação sindical. Nesse sentido, a informação e propaganda sindical continuará a assumir um papel decisivo no conjunto da actividade do movimento sindical e, como tal, deve merecer um acompanhamento responsável, um tratamento mais aprofundado e um apoio mais eficaz por parte das estruturas dirigentes com a ideia de que não há iniciativa ou luta sindical que não exija, para atingir cabalmente o seu objectivo, um bom trabalho de informação e propaganda.

formação sindical estão definidos no Programa da CGTP-IN e devem estar sempre presentes em toda a iniciativa de informação, de propaganda ou de agitação não podendo ser sacrificados em favor dos objectivos imediatos, pontuais, de curto prazo.

**Os meios**

- Os meios de informação e propaganda, devem ser todos tomados em conta e com a ideia de que nenhum deles, só por si, dá resposta absoluta ao objectivo pretendido. De qualquer forma impõe-se diversificar os meios de propaganda do movimento sindical, nomeadamente no sentido de não privilegiar por sistema a informação escrita.
- É necessário melhorar o conteúdo e cuidar tecnicamente da propaganda escrita e gráfico-visual.
- Há que valorizar e dar mais atenção aos meios de propaganda oral, nomeadamente: o contacto pessoal com os trabalhadores, discussões colectivas nas empresas, etc.

- No conjunto da informação domina, hoje, a audiovisual (rádio, televisão, cinema). As organizações sindicais devem por isso, redobrar esforços no sentido de intensificar e melhorar a utilização de audiovisuais, cabendo à CGTP-IN o seu incremento e a sua coordenação.
- Há que reactivar a produção e divulgação dos jornais de parede, a utilização dos «placards» nas empresas, bem como outros meios mais adequados à propagação nas empresas.

### A imprensa sindical

- No âmbito da imprensa sindical os jornais, boletins, revistas e folhas sindicais deverão ser mantidos ou editados tendo em conta:
  - a) As necessidades e as condições do sector socioprofissional, da região ou da empresa;
  - b) A existência e a distribuição de outras publicações eventualmente concorrentes;
  - c) A definição da sua função e conteúdo no conjunto da informação e propaganda central, regional ou sectorial;
  - d) Os recursos técnicos e financeiros disponíveis;
  - e) As possibilidades de distribuição efectiva aos trabalhadores.
 Deverá discutir-se, caso a caso, sob a coordenação da CGTP-IN, a centralização da imprensa sectorial nos jornais e boletins das federações, sem prejuízo da informação avulsa dos sindicatos e das comissões intersindicais, para que cada sector de actividade tenha o seu órgão de informação próprio. A Central deverá tomar medidas no sentido de melhorar o conteúdo e a estrutura da imprensa sindical.
- No plano da comunicação social, há que melhorar as formas de influência e ligação do movimento sindical à comunicação social e aos seus trabalhadores nomeadamente a grande imprensa (incluindo a rádio e a televisão) e a imprensa regional, chamando-se a atenção especial das estruturas locais do movimento sindical para esta última. Ao mesmo tempo, é necessário intensificar a denúncia pública e junto das instâncias competentes, de quaisquer processos de manipulação ou silenciamento das posições e lutas dos trabalhadores na comunicação social e lutar pelo aumento de tempo de antena na radiodifusão e TV.

### Publicações da central

- A CGTP-IN deverá assegurar a edição regular de um órgão de formação e organização sindical («Alavanca») e duma publicação internacional (para a imprensa e organização sindicais estrangeiras e emigrantes). Impõe-se estudar o lançamento dum órgão central, que seja a voz pública da CGTP-IN para os trabalhadores e a população, bem como duma revista técnica para quadros e dirigentes especializados que

inclua os principais estudos e documentos da CGTP-IN, procurando-se desde já editar regularmente uma folha informativa da CGTP-IN.

### Organização, formação de quadros e recursos

- A informação e propaganda tem de ser encarada como uma frente de trabalho permanente e organizada e não como um conjunto de tarefas diluídas pontualmente na globalidade da acção e dos activistas sindicais. Todas as estruturas sindicais até ao nível da empresa devem ter responsáveis pela informação e propaganda, procurando assegurar um mínimo de especialização em termos de quadros e de utilização de meios e recursos, assim como o estudo e a planificação regulares da informação e propaganda.
- A produção da informação e propaganda deverá ser decidida em função da distribuição, isto é, da capacidade de a fazer chegar aos destinatários.
- A maior capacidade de intervenção e os mais importantes meios de informação e propaganda devem estar centralizados nas estruturas intermédias do movimento sindical (uniões e federações) e na Central.
- Deve-se fomentar reuniões e outras acções de coordenação orgânica da informação e propaganda sobretudo ao nível das uniões e federações e constituir a respectiva comissão específica, junto do Conselho Nacional da CGTP-IN.
- Impõe-se o desenvolvimento de acções de formação de quadros para a informação e propaganda, enquadradas no plano geral de formação sindical e no aproveitamento das possibilidades de cooperação e intercâmbio internacionais.
- Os recursos financeiros do movimento sindical implicam uma gestão racional com vista à redução de custos e à eficácia das acções de informação e propaganda. Nesse sentido:
  - a) Não deverão ser desproporcionados, em termos de volume e de custos, relativamente aos efeitos obtidos ou às necessidades de informação e propaganda a satisfazer;
  - b) Terão de assegurar a cobertura dos principais sectores de actividade e regiões, de acordo com as prioridades de organização e/ou as necessidades de luta;
  - c) Há que evitar a dispersão geográfica ou sectorial dos recursos mais importantes, apontando-se antes para a sua centralização e utilização colectiva;
  - d) É necessário encarar a criação de um ou mais centros de apoio gráfico, redactorial, audiovisual e de reprografia em função da cobertura geográfica das principais estruturas do movimento sindical.
 No essencial, há que continuar a levar à prática as conclusões do Encontro sobre Reestruturação Administrativa e Financeira do M.S., de Julho de 1981.. **A**



## O papel do "acontecimento" na informação sindical

O «conflito», a guerra, o acidente, já não são, como dissemos no n.º 8 da «Aliança», só uma forma de vender jornais; são o «pólo de interesse» à volta do qual se desenvolve o plano de propaganda na informação. E podem os jornais usar os «conflitos» capital-trabalho para se venderem? Eis uma questão importante.

Quando, em 1971, a «semana das 44 horas» aparecia na 1.ª página do «Diário de Lisboa», o jornal esgotava-se na Baixa de Lisboa e Porto e noutros centros urbanos.

Se algum jornal diário fizesse um título apelativo na PRIMEIRA PÁGINA, sobre a exigência dos bancários de mais de cinco mil escudos, provavelmente esgotava-se na Baixa de Lisboa.

Não deverá o jornal sindical levar em conta a importância do «fait-divers», na campanha de informação? Não será matar o interesse do «conflito», do «fait-divers», tratá-lo a prazo, na informação sindical, através dum jornal mensal?

### A informação na imprensa sindical

Isto levanta a questão de que a informação sindical elaborada a prazo (periódico mensal), terá sempre dificuldade em despertar interesse por parte dos leitores. Compreende-se a preocupação dos dirigentes sindicais em tentarem fazer sair a imprensa quando existem novidades (contratos colectivos novos, greves). Mas aí põe-se outro problema:

— ou o jornal sindical é para sair regularmente, segundo um plano prévio;  
— ou o jornal sindical deve ir ao encontro dos momentos de luta dos trabalhadores, dinamizando-os.

Na prática, é a segunda hipótese, que em muitos casos, funciona.

Por exemplo, eis algumas questões:

O que despertará mais interesse num jornal sindical? Será um longo texto sobre o que «deve ser» um delegado sindical, ou uma série de pequenas notícias sobre acção positiva de delegados sindicais, em defesa dos trabalhadores?

A notícia breve raramente existe nos jornais sindicais. Porquê? Não é verdade que temos mais facilmente esse tipo de informação?

Porque se despersonaliza a actividade sindical? Porque não existem fotos de delegados sindicais nos boletins? Não publicam os jornais diariamente fotos dos diversos dirigentes da direita e «laciais» do grande Capital?

Enfim, a vida sindical é de uma complexa riqueza. A imprensa sindical deve reflecti-la.

### Fazer reflectir a vida sindical na grande imprensa

E, ao nível da grande imprensa diária, como poderemos fazer reflectir a riqueza da vida sindical?

No trabalho de informação deve ser dada toda a atenção ao «fait-divers», ao «caso», à notícia, à novidade. São estes factos novos, mais que os comunicados opiniosos, que podem ajudar o leitor a interessar-se pela vida sindical. Analisemos a nossa atitude pessoal. A novidade, temos de imediato, o comentário guardamos para ler para mais tarde ou, conhecedores dos temas sindicais, não temos o que subentendemos obvio.

Descobrir os «quando?», os «onde?», os «quem?» criarão as notícias.

O comunicado de opinião é naturalmente o que mais dificuldades tem de publicação. O jornal progressista que publica vários comunicados sindicais, todos com a mesma linha de força e palavras de ordem, pode tornar-se monótono; o jornal de direita que os recebe, alertado pela campanha, selecciona factos e contra-ataca a partir deles, prevenido.

Para haver factos tem de haver informação a partir das empresas. Quem foi despedido? Quando foi? Em que empresa? Como se combatem os despedimentos na empresa? Que formas concretas de solidariedade foram assumidas?

Estes e outros problemas podem fazer jogar informação viva num Gabinete de Imprensa dum organização sindical.

Para isso, impõe-se conhecer antes de mais o que se passa na redacção dum jornal vulgar.

Um dos departamentos mais importantes dum jornal é a agenda de redacção, onde se faz a previsão e a marcação provisória dos serviços a realizar pelos jornalistas.

Se não queremos só comunicar opiniões, mas factos, devemos começar por sensibilizar jornais e semanários, para a importância do acontecimento, através da Agenda de Redacção no caso da Imprensa diária, Rádio e Televisão.

Se o «acontecimento estiver em agenda», meio caminho está andado.

No dia do facto (Assembleia, Conferência de Imprensa, Reunião), ou, no anterior, deve telefonar-se para verificar se o acontecimento foi mesmo para a Agenda e qual o jornalista que o «tem».

Se não foi colocado em Agenda procuremos saber porquê. Decisão da chefia? Decisão da Agenda? Elementos deste tipo podem ajudar-nos a compreender o todo contraditório que é cada jornal e facilitar-nos, mais tarde, o trabalho.

Nos jornais com redacções pequenas, o facto do acontecimento não estar previamente na Agenda pode impedir a sua publicação. Para um único jornalista podem ser destacados vários serviços e, ele pode ver-se, em palpos de aranha, para realizar os textos de última hora... ②

# Resolução político-sindical da reunião do Conselho Nacional de 12/5/83

O Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido em Lisboa em 11 e 12 de Maio de 1983, debateu a situação político-sindical, à luz das deliberações do 4.º Congresso, tendo concluído:

1. O 4.º Congresso da CGTP-IN colocou como questão central, a exigência duma nova política com vista a resolver os problemas dos trabalhadores e do país.  
As conclusões aprovadas pelo Congresso, em particular, o Programa de Acção para 3 anos e os «22 Pontos da CGTP-IN», são uma contribuição séria e responsável para atingir esses objectivos e a luta pela sua satisfação constitui o caminho a seguir pelos trabalhadores.
2. A luta desenvolvida pelos trabalhadores foi determinante no processo de desagregação e consequente derrota dos partidos da «AD».  
Sem essa luta a direita teria levado por diante os seus planos de destruição das principais conquistas do povo português.  
O resultado das eleições do 25 de Abril representou a condenação clara da política ruínosa do PSD e do CDS e traduziu a vontade inequívoca do afastamento desses partidos do poder.  
No plano institucional, a iniciativa política deixou de estar nos partidos da direita e criou-se a possibilidade de constituir uma maioria política correspondente à maioria social que derrotou a «AD».  
A eventual entrada do PSD para o governo, o principal partido da «AD» e o mais responsável pela sua desastrosa política, é motivo de profunda inquietação e de desconfiança por parte dos trabalhadores.  
A satisfação manifestada pela CIP após o encontro com Mota Pinto só pode ser entendida como tendo obtido garantias de que as suas exigências reaccionárias seriam acolhidas a nível governamental.  
Os trabalhadores lutaram e votaram por uma política diferente, por uma viragem qualitativa na sociedade portuguesa que a encaminhe para a resolução dos problemas nacionais e para a satisfação das necessidades básicas da maioria da população.
3. As comemorações do 1.º de Maio, pela sua grandiosidade e entusiasmo, constituíram uma grande manifestação de vontade colectiva, de confiança e de adesão do povo ao Portugal de Abril e foram a demonstração inequívoca de que as posições e reivindicações da CGTP-IN correspondem aos anseios dos trabalhadores.
4. Entretanto, a CGTP-IN verifica com preocupação que a situação económica se continua a agravar, mantendo o país num clima de instabilidade e de degradação social. Agravam-se a situação de milhares de trabalhadores com

salários em atraso, aumenta o desemprego, pioram as condições de vida, intensificam-se as violações aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

O sector nacionalizado continua a ser alvo de violentos ataques, que põem em causa o seu importante papel na economia.

Os atropelos na zona da reforma agrária, a não reposição das situações determinadas pelos Tribunais, a ausência duma política agrícola têm conduzido o país a uma, cada vez maior, carência de bens alimentares e a uma crescente e perigosa dependência externa.

A CGTP-IN manterá uma actuação permanente para a resolução dos problemas que existem ou dos que, a todo o momento, vão surgindo.

5. Responsavelmente preocupada com a crise, a CGTP-IN manifesta-se interessada no diálogo porque está sinceramente empenhada na resolução dos problemas nacionais, mas não aceitará que a «crise» seja utilizada como factor de chantagem e coacção sobre os trabalhadores e justificação para a limitação dos seus direitos e para o agravamento das suas condições de vida, nem pretexto para alterações à filosofia económica contida na Constituição.  
A CGTP-IN, na base do princípio da autonomia sindical porque se rege, não aceita que se faça depender de quaisquer acordos com o patronato as respostas concretas do Governo às propostas e reivindicações aprovadas pelo 4.º Congresso, designadamente os «22 Pontos da CGTP-IN» e o Programa de Acção para 3 anos, em particular, no que respeita ao Plano de Emergência contra o Desemprego e ao Plano Nacional de Formação Profissional.  
Do mesmo modo não aceitará que o diálogo seja condicionado por decisões ou pressões resultantes da eventual participação ou posição de outras forças sociais.
6. O objectivo imediato fundamental da CGTP-IN é a luta pela concretização das deliberações do seu 4.º Congresso, luta de que não será excluída nenhuma forma de acção sindical das quais a via do diálogo e da negociação é, obviamente, importante.  
Nesse sentido, o Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu:
  - a) Promover uma grande divulgação, discussão e mobilização dos trabalhadores em torno de cada um dos 22 Pontos da CGTP-IN.
  - b) Prosseguir e intensificar todas as acções conducentes ao desbloqueamento da contratação colectiva, pela revogação imediata do tecto salarial e pela impugnação das portarias de extensão ilegais impostas pelo Ministério do Trabalho.



c) Exortar os trabalhadores para que, nas empresas, prossigam a luta pelo pagamento dos salários em atraso, contra os despedimentos e os contratos a prazo, contra a repressão patronal, pela defesa dos seus direitos e conquistas consagrados na lei e nas convenções colectivas.

Considerando ainda que, na actual situação, se impõe que o movimento sindical cerre fileiras na defesa da unidade e se empenhe no trabalho de organização, o Conselho Nacional decidiu também:

a) **Relançar um plano de trabalho para o reforço da CGTP-IN cujas prioridades e linhas básicas foram já analisadas na reunião;**

b) **Incentivar a realização de reuniões e plenários nas empresas para discussão dos inúmeros problemas que afectam os trabalhadores e adopção de medidas para os ultrapassar;**

c) **Convocar encontros distritais de dirigentes, delegados e activistas sindicais, para debater a situação político-social, perspetivar as acções a desenvolver, discutir e definir as medidas de reforço da organização sindical;**

d) **Convocar um plenário nacional aberto à participação de todos os Sindicatos, cuja data será oportunamente marcada pela Comissão Executiva.**

7. A vida já demonstrou que sem os trabalhadores e a CGTP-IN não pode haver solução democrática para os problemas nacionais.

A CGTP-IN reafirma a sua total confiança nas potencialidades libertadoras do regime democrático nascido em 25 de Abril de 1974 e no empenhamento patriótico dos trabalhadores portugueses, cuja força criadora é a maior riqueza da Nação para a sua consolidação e aprofundamento. ☺

## Comunicado conjunto CGTP-IN/FDGB

# Confederação dos Sindicatos da RDA esteve em Portugal



A convite da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN), esteve em Portugal, de 22 a 25 de Março de 1983, uma delegação da Direcção Nacional da Confederação dos Sindicatos Livres Alemães (FDGB) da República Democrática Alemã, chefiada pelo seu presidente, camarada Harry Tisch. Durante a sua estadia, a delegação da FDGB manteve conversações com uma delegação da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN.

As conversações entre as delegações das duas organizações decorreram numa atmosfera de grande franqueza, amizade e camaradagem. Elas fizeram ressaltar a identidade de pontos de vista e as convergências de opiniões sobre numerosos aspectos, confirmando que ambas as organizações de classe coincidem no fundamental quanto à análise dos problemas internacionais e à situação do movimento sindical internacional.

Elas procederam ainda a uma troca de pontos de vista

sobre a situação e as tarefas dos dois movimentos sindicais em cada um dos países respectivos. As duas delegações destacaram a justo título o papel fundamental e insubstituível do movimento sindical na sociedade, enquanto representante dos interesses dos trabalhadores, e a necessidade sempre crescente, e cada dia mais sentida, de uma participação efectiva, dinâmica e criadora dos trabalhadores na vida sindical.

A delegação hóspede da CGTP-IN visitou a empresa de construção naval Lisnave, onde dialogou com os trabalhadores e seus organismos representativos, foi recebida pela Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Santarém e esteve com os trabalhadores da Cooperativa Agrícola «Mouchão do Inglês».

A delegação da CGTP-IN traçou para os seus convidados o balanço da luta travada, ao longo dos 3 últimos anos, que culminou com a estrondosa derrota das forças de direita aglutinadas no Governo da AD e constituiu uma importante vitória da classe operária portuguesa e dos trabalhadores portugue-

ses em geral, fruto do seu empenhamento em fortalecer a Democracia, em defender os seus direitos, interesses e conquistas revolucionárias e um contributo significativo para a causa da Paz e do Progresso social.

A delegação da CGTP-IN deu também a conhecer a sua análise aos trabalhos do IV Congresso, realização que pela sua inegável importância constituiu o acontecimento de maior relevo no momento actual, da vida política portuguesa e cujas conclusões são poderosos instrumentos para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em Portugal, rasgando novas perspectivas para a conquista de um poder político democrático, pela resolução dos graves problemas nacionais e pela edificação de uma sociedade livre da exploração do grande patronato e do imperialismo internacional.



A delegação da FDGB informou sobre o papel e a autoridade crescentes da FDGB no Estado, na economia e na sociedade. Realçou as iniciativas criadoras dos sindicalizados na RDA para a concretização das resoluções do seu 10.º Congresso, que visam o reforço multifacetado da RDA, o aumento do nível material e cultural da vida dos trabalhadores, segundo o princípio socialista da unidade entre a política económica e a política social.

Ambas as partes exprimiram a sua convicção de que urge retomar a nível internacional o diálogo sério e construtivo, com vista a restabelecer um clima de serenidade e confiança nas relações internacionais, fazer parar a insensata corrida aos armamentos e criar condições para um desarmamento efectivo e controlado.

As duas organizações condenam a política imperialista que visa acelerar a corrida armamentista, pesado fardo que sobrecarrega, em todos os países, o quotidiano das pessoas e hipoteca o seu futuro e bem-estar.

Elas manifestam assim a sua mais profunda preocupação pelas consequências que poderão advir para todos os europeus da instalação de novas armas nucleares na Europa.

A FDGB considera que as propostas da URSS e a Declaração de Praga dos Estados do Tratado de Varsóvia têm em conta os interesses de todas as partes e que constituem uma iniciativa realista para a solução dos problemas mais urgentes da paz e da guerra.

A FDGB destaca ainda a resposta positiva dos Estados socialistas à proposta do Governo da Suécia sobre a criação de uma zona livre de armas nucleares táticas de combate na Europa. É sublinhada a posição do Governo da RDA de pôr à disposição para tal zona todo o seu território, levando em conta o princípio da igualdade e da segurança mútua.

A CGTP-IN, por seu turno, manifesta a sua discordância

e firme condenação em relação a uma eventual instalação, trânsito ou estacionamento de armas nucleares em Portugal, bem como sobre a utilização do território nacional para actos agressivos contra outros povos.

Ambas as delegações consideram indispensável que a Conferência de Madrid dos Estados signatários da Acta Final de Helsínquia possa concluir os seus trabalhos com êxito e adoptar um documento final equilibrado, no qual ocupe um lugar decisivo a convocação de uma Conferência Europeia que tenha por objectivo contribuir para a criação de um clima de confiança e debater o problema do desarmamento.

A FDGB e a CGTP-IN julgam que é útil e necessário que se mantenham e continuem a desenvolver-se as relações e a cooperação entre sindicatos de diferente orientação política

e filiação internacional, no interesse da paz, da democracia e do progresso social e no interesse dos seus filiados. Elas defendem uma atmosfera de confiança e de cooperação e declaram-se favoráveis à realização, o mais cedo possível, da 5.ª Conferência Sindical Europeia, na qual se deveria deliberar sobre questões como as relações económicas e comerciais entre Estados de diferente regime social, para o melhoramento da situação do emprego e para dar um contributo sindical para a preservação da paz na Europa.

As delegações da FDGB e da CGTP-IN exprimem a sua solidariedade activa para com todos os sindicatos que lutam contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, o fascismo e o racismo. Elas condenam expressamente o terror de Israel contra o povo palestino e o povo do Líbano. Elas apoiam a luta e os esforços tendentes a fazer respeitar os direitos soberanos do povo árabe da Palestina, incluindo o direito à formação de um Estado próprio e independente, como preconiza o seu legítimo e exclusivo representante, a Organização de Libertação da Palestina — OLP.

Ambas as partes condenam veementemente a política de «apartheid» do regime racista sul-africano, o seu terror contra o movimento de libertação na Namíbia e as permanentes agressões contra a República Popular de Angola.

A FDGB e a CGTP-IN exprimem a sua solidariedade fraternal com os povos e sindicatos dos países da África, Ásia e América Latina, que luta pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional e pelo progresso social e contra ditaduras reacçãoárias.

No final das conversações assinou-se um acordo sobre a cooperação entre a CGTP-IN e a FDGB nos anos 1983-84.

A delegação da FDGB convidou uma delegação da CGTP-IN a visitar a RDA, convite esse que foi aceite. **A**



## Comunicado conjunto CGTP-IN/CSCO

# Incrementar a mútua cooperação

A convite do Conselho Nacional da CGTP-IN, uma delegação da Confederação Sindical de Comissões Obreras esteve em Portugal de 18 a 20 de Maio de 1983.

A delegação da Confederação Sindical de Comissões Obreras era encabeçada pelo seu secretário-geral Marcelino Camacho e integrava também Leonidas Montero, Secretário confederal.

A delegação sindical espanhola manteve conversações com uma delegação da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, visitou a empresa Sorefame na Amora e deu uma conferência de imprensa na sede da CGTP-IN.

Durante o seu encontro, as duas delegações procederam a uma franca troca de opiniões que incidiu, particularmente, sobre a situação em Espanha e Portugal e a análise que dela fazem respectivamente cada uma das organizações, bem como sobre o seu empenhamento actual no sentido de, nas condições de cada país, possibilitarem uma nova política com vista a defenderem os interesses dos trabalhadores e do país.

Ambas as delegações salientaram o papel cada dia mais importante e fulcral para a superação da grave crise económica e social, desempenhado por cada uma das centrais sindicais nos respectivos países e o facto de, sem a sua participação, não ser possível também resolver os grandes problemas nacionais.

As duas organizações destacaram a importância da unidade dos trabalhadores e dos seus movimentos sindicais para enfrentarem com êxito as consequências da crise do capitalismo e a acção nefasta das transnacionais imponem um novo tipo de desenvolvimento económico e social e reformas de estrutura à altura das necessidades dos trabalhadores e dos povos e das suas aspirações ao bem-estar, a mais democracia e liberdade.

A CGTP-IN e a Confederação Sindical de Comissões Obreras seguem com profunda inquietude a deterioração das relações internacionais, as graves tensões e os perigos crescentes que a desenfreada corrida aos armamentos, provocada pelo imperialismo, faz correr a toda a Humanidade. Elas entendem que, no interesse dos povos, urge retomar, a nível internacional, o diálogo sério e construtivo e restabelecer a serenidade e a confiança nas relações internacionais, fazer parar a corrida aos armamentos e criar as condições para um desarmamento efectivo e controlado.

Ambas as organizações rejeitam com firmeza a possibilidade da instalação, trânsito ou estacionamento de armas nucleares em território de cada um dos países e bem assim a sua utilização como base para actos agressivos contra outros países.

No que respeita ao sindicalismo europeu e aos problemas com que os trabalhadores se defrontam na Europa Ocidental, as duas organizações salientaram que a acção sindical da CES, tal como o confirmam os factos, não pode ser alargada nem verdadeiramente eficaz se ela não aceitar a existência de concepções e práticas sindicais diversas e, por conseguinte, se ela não aceitar no seu seio as organizações democráticas e mais representativas de cada país, como é o caso da CGTP-IN em Portugal e das Comissões Obreras em Espanha.

Féris aos princípios de solidariedade internacional, a CGTP-IN e a CSCO continuarão a apoiar decididamente a luta dos trabalhadores e dos povos pela democracia, pela liberdade, pela independência sindical, pela justiça social e pelo progresso, para que cada vez mais sejam os trabalhadores e os povos a decidirem dos seus próprios destinos.



Declararam a sua solidariedade à luta dos povos que na América Latina enfrentam a ditadura, o fascismo e o imperialismo, como no Chile, em El Salvador e na Nicarágua.

No Médio Oriente, a CSCO e a CGTP-IN reafirmam a necessidade de ser encontrada uma solução justa para os graves problemas existentes na região, testemunhando a sua solidariedade aos trabalhadores e ao povo da Palestina e à OLP, no seu combate histórico pelo direito inalienável a uma pátria livre e soberana, na base das resoluções das Nações Unidas.

A CGTP-IN e a CSCO expressam ainda o seu apoio activo e solidário aos povos que na África Austral combatem o colonialismo, o racismo e o apartheid, reiterando a sua solidariedade em particular aos Estados da Linha da Frente que enfrentam a agressão racista sul-africana.

A CGTP-IN e a Confederação Sindical de Comissões Obreras felicitam-se pelos resultados deste encontro e decidem incrementar a sua cooperação a todos os níveis.

A delegação da Confederação Sindical de Comissões Obreras convidou, no quadro dos contactos regulares, uma delegação da CGTP-IN a deslocar-se a Espanha. O convite foi aceite. **A**

Lisboa, 20 de Maio de 1983

## O NÓ DA QUESTÃO

(continuação da pág. 33)

guagem, tem o mesmo ódio ao povo, têm o mesmo pavor à luta de massas. Têm a mesma total falta de escrúpulos.

Mas não bastava. A UGT entra na jogada. Cumpre as ordens. É a voz do dono. No desenvolvimento do «caso 1.º de Maio 82», a UGT vai deixar cair todas as máscaras e disfarces. Também ela, se vai assumir como braço do patronato e recuperar os velhos métodos, a velha linguagem e o velho estilo dos melhores «sindicalistas» do corporativismo salazarista. Inicialmente a UGT mascara-se de «central sindical» e põe o disfarce da «unidade». Aparece com uma carta anterior ao anterior 1.º de Maio (81) a «solicitar autorização» para comemorar o 1.º de Maio na baixa do Porto. Repare-se na «velha linguagem»: «solicitar autorização» (sic) tal como no salazarismo: é a linguagem do Governador Civil e do secretário. É a linguagem dos direitos dependerem de autorização... É a linguagem do atangimento. O truque é tão grosseiro que vai levantar as primeiras suspeitas de que se está perante um projecto planeado de provocação. Então a UGT «solicitava» a Baixa antes do anterior 1.º de Maio? A USP ridiculariza o artifício e reserva para si a utilização da Baixa «vitaliciamente»... Mas não era só isso: a carta ficara «escondida» durante 8 meses...

A «carta» surgia para dar cobertura «formal», à provocação... O Governador Civil tinha 24 horas para responder à USP e deixara passar... 8 meses. Ao fim de 8 meses tirava da manga a carta da UGT. Era passe de magia... Mal feito.

A UGT e o Governador Civil Rocha Pinto. O fascista Rocha Pinto e a UGT... Encostam ombro com ombro. Protegem-se. Falam a mesma linguagem. Estão de acordo: são amigos.

O Governador Civil faz-se de parvo: insiste para que a USP/CGTP-IN se sente à mesa com a UGT para acordarem entre si os locais e as comemorações. O que o patronato não conseguia, ia tentar o Governador Civil com a ameaça da força. Rocha Pinto entrava assim na manobra da «unidade».

A USP/CGTP-IN recusa com a firmeza lúcida e confiante dos trabalhadores perante laços do patronato. Também não é uma batalha inteiramente fácil: o oportunismo verbalista e o oportunismo sem mais nada dão-se as mãos para a cedência no plano dos princípios a troco das aparentes facilidades imediatas. A pressão ideológica vai juntar-se à chantagem intimidatória do Ministério da Administração Interna e do Governo AD. Todos se unem no argumento de que seria inevitável o choque de trabalhadores contra trabalhadores. Mas a firmeza e a luta valem sempre a pena: o caso do 1.º de Maio 1982 no Porto ir-se-á transformando num processo implacável e poderoso de desmascaramento e de isolamento da UGT. A UGT vai aparecer tal e qual que é: um instrumento de divisão, de confusão e de provocação ao serviço do grande capital e da reacção. Todas as máscaras lhe caem. Nas vésperas do 1.º de Maio, Torres Couto desce (?) à linguagem de Ângelo Correia, exige ordem, denuncia a subversão da Inter, apela para a violência e a polícia. Na madrugada sangrenta dança-se no palco da UGT. Para quem senão para a Polícia de Intervenção? Em homenagem a quê senão à violência e aos tiros, senão à bestialidade que inunda as ruas do Porto enquanto se exibem?

No dia 30, o Sindetex tem o telefone directo ligado à PSP: participa, colabura, bufa, informa. E parte activa até ao fim, na provocação.

(Mais tarde, em 11 de Maio, na nova Greve Geral, já a UGT aparecerá a organizar os piquetes antigreve, reduzida a função dos outros bufos. A 5, Torres Couto chama, aos funerais dos dois jovens, assassinados, passeio de Caxoais...)

A UGT pode variar de tática, de disfarce, de roupagem, pode mudar de cor como o camaleão, mas o seu conteúdo é e será sempre o mesmo. Unitária ou divisionista, reivindicativa ou pactual, esquerdizante ou fascizante, apoiante ou contestatária — nenhum escrúpulo e nenhum princípio senão o de servir em todas as situações o dono, o grande capital que a gerou e a alimenta.


Perante a firmeza e a luta, o governador civil e a UGT, o Ministério da Administração Interna (e o oportunismo, naturalmente), com o apoio de todas as forças políticas da reacção (e a direcção do PS, obviamente), clamam em coro: se não acatarmos a decisão da autoridade, recorram para os tribunais! A autoridade é o fascista Rocha Pinto... E os tribunais? Dezenas e dezenas e dezenas de anos de luta pela liberdade e pela emancipação são a escola dos trabalhadores. A acção no terreno legal será desenvolvida, mas a USP/CGTP-IN recusa o beco sem saída de reduzir tudo a luta à batalha jurídica.

Esse é sempre o sonho do explorador: «O patrão despede-te? Recorre! Não tens casa? Recorre! Espancam-te? Recorre! Humilham-te? Recorre! E, em paga, de 4 em 4 anos, podes votar!»

O movimento sindical unitário não cai na armadilha. Sustenta a batalha legal e exige a revogação do despacho desenvolvendo uma campanha junto da opinião pública, na Assembleia da República, junto dos órgãos do poder, através de pareceres de juristas, de documentos e diligências variadas. Assumindo-se como intransigente defensora da legalidade democrática contra as ilegalidades do MAI e do governador civil, mantendo-se no quadro das liberdades e dos direitos da Constituição da República, a USP/CGTP-IN agarra sempre a perspectiva da luta de massas como o terreno fundamental da luta dos trabalhadores.

Falhada a tentativa de intimidar e derrotar o Movimento Sindical Unitário, falhadas as manobras «legalistas» e «unitárias», ante a firmeza e a luta crescente dos trabalhadores e das forças progressistas, o governo AD, o ministro Ângelo Correia, a UGT e a Polícia de Intervenção montam peça a peça, o plano de levar a cabo uma operação repressiva «exemplar» contra os trabalhadores do Porto e contra a USP e, através deles, contra todo o movimento democrático e popular português. O objectivo é claro: travar o fluxo ascendente da luta de massas que se desenvolve em todo o País contra o governo AD e a sua política, contra a revisão da Constituição e o plano golpista da reacção.

A um ano de distância da madrugada de Maio de 82, os nossos camaradas mortos continuam como uma referência essencial da nossa luta. São assassinados dum fascismo que não passou.

Estão vivos neste Portugal de Abril. 





Campanha das

5.000

ASSINATURAS

TRABALHADOR  
DELEGADO  
DIRIGENTE SINDICAL  
ACTIVISTA

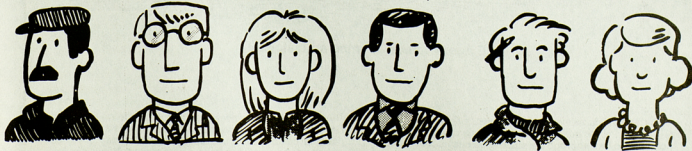
*mais*  
CONSCIENTE



Assina

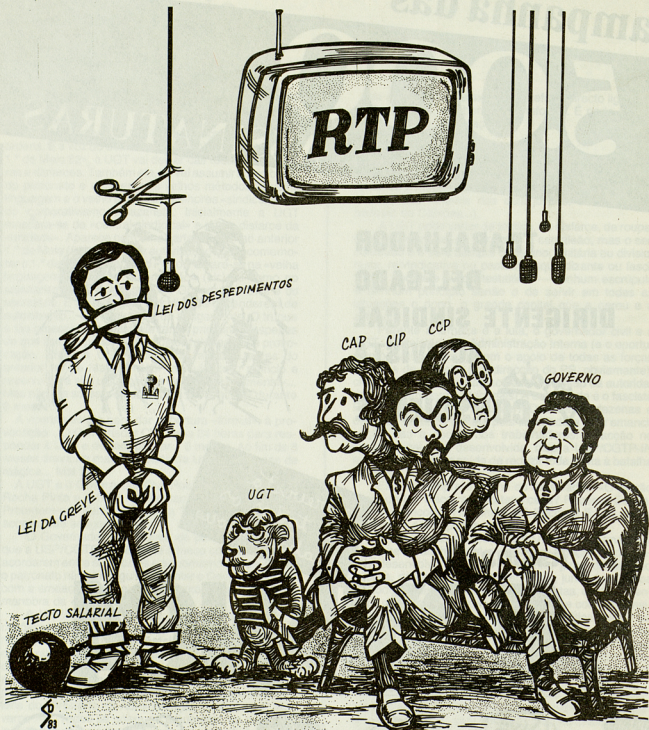
*a revista  
de todos os  
trabalhadores*

ALIANÇA



12 Números • 360\$00

# O «PACTO SOCIAL»



«... E agora vamos lá então ao diálogo»

«A CGTP-IN considera como objetivos prioritários da defesa dos interesses dos trabalhadores, nos próximos 3 anos, o combate ao desemprego e a satisfação das necessidades básicas da população.

Tais objetivos não são incompatíveis, antes só são possíveis, necessários e complementares no âmbito duma política democrática, profunda e radicalmente diferente da política económica, financeira e social que tem sido seguida nos últimos anos em Portugal»

In Programa de Acção da CGTP-IN para 3 anos, aprovado no 4.º Congresso

«A CGTP-IN está sinceramente empenhada na resolução dos problemas nacionais, mas não aceitará que a crise seja utilizada como factor de chantagem e o cacoção sobre os trabalhadores e justificação para a limitação dos seus direitos e para o agravamento das suas condições de vida.

(...) Não aceita que se faça depender de qualquer acordos com o patronato as respostas concretas do governo às propostas e reivindicações aprovadas pelo 4.º Congresso, designadamente os 22 pontos da CGTP-IN e o Programa e Acção para 3 anos».

Conselho Nacional da CGTP-IN em 12/5/83